



Fotos: Camila Domingues , Cláudio Fachel, Pedro Revillion e Gustavo Gargioni

Relatório de Atividades da CAGE

2013

***RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO
ESTADO, ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA
DE CONTROLE INTERNO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL***

– 2013 –

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Tarso Genro

Governador do Estado

Odir Alberto Pinheiro Tonollier

Secretário de Estado da Fazenda

Luiz Paulo Freitas Pinto

Contador e Auditor-Geral do Estado

Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

Av. Mauá, 1155, 4º andar, sala 404-A. Porto Alegre/RS. CEP 90080-030

Telefone: (51) 3214 5200 – Fax (51) 3214 5216.

E-mail: cage@sefaz.rs.gov.br

SUMÁRIO

Apresentação

1. Histórico

2. Competência Institucional

3. Modelo Organizacional

3.1. Posição Institucional no Estado

3.2. Estrutura Interna

4. Recursos Humanos

4.1. Estrutura Funcional

4.2. Aprimoramento do Corpo Técnico

5. Execução Orçamentária

6. Atividades Desenvolvidas

7. Atuação e Gestão por Resultados

7.1. Contabilidade

7.2. Auditoria

7.3. Orientação

7.4. Portal Transparência do Estado

7.5. Benefícios Gerados

7.6. Sistemas e Tecnologia da Informação

7.7. Outras Ações

7.8. Relações Institucionais

Considerações Finais

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Relatório Anual de Atividades da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), Órgão central do sistema de controle interno do Estado do Rio Grande do Sul, referente a 2013. Destina-se a prestar informações relativas à atuação da CAGE, da forma mais transparente possível, a todos cidadãos do Estado do Rio Grande do Sul.

Com o intuito de contextualizar as informações acerca das atividades de controle interno ora trazidas a lume, o documento inicialmente apresenta dados históricos da criação e evolução da CAGE, sua missão e competências, nos termos da legislação pertinente, bem como as estratégias adotadas para a realização das atividades desenvolvidas e o cumprimento de seus objetivos.

Também com este desiderato, ou seja, no sentido de informar sobre a organização e o funcionamento do Órgão, na continuidade são descritas suas estruturas organizacional e funcional, contendo dados sobre a posição institucional que ocupa dentro do Estado, organograma e quadro de pessoal próprio.

Nesta linha, na abordagem de seus recursos humanos, além das informações acerca de sua estrutura funcional, deu-se ênfase ao aprimoramento do corpo técnico, destacando-se as iniciativas adotadas para melhorar a qualificação, o aperfeiçoamento e a capacitação do quadro de servidores.

A seguir, o documento traz uma síntese informativa sobre os resultados da execução orçamentária e financeira do Órgão, viabilizando a avaliação da relação custo/benefício do investimento governamental nos projetos e atividades de controle. Essa informação é indispensável ao controle social, levando em conta as ações desenvolvidas pela CAGE, não só em relação aos resultados por ela obtidos, mas também no cotejo com as ações de outros órgãos análogos.

Na sequência são apresentados os procedimentos adotados para o cumprimento dos objetivos do Órgão em 2013, as atividades desenvolvidas e os fatos que interferiram, direta ou indiretamente, nesse processo.

Por fim, no capítulo denominado “Atuação e Gestão por Resultados”, são abordadas, de modo detalhado, as principais ações desenvolvidas pela CAGE em 2013. Constituindo a parte principal e a mais extensa do Relatório de Atividades, nela são informadas as metas estipuladas no planejamento estratégico e os resultados alcançados.

1. HISTÓRICO

Em 29 de dezembro de 1948, por meio da Lei nº 521, foi criada a Contadoria-Geral do Estado, órgão diretamente subordinado ao Secretário da Fazenda, tendo por finalidades, dentre outras, executar e superintender a contabilidade do Estado, levantar os balanços gerais, evidenciar a responsabilidade de todos quantos hajam recebido, administrado, despendido ou guardado bens do Estado, preparar e organizar tomadas de contas e cooperar com a ação fiscalizadora do Tribunal de Contas.

Além das atividades próprias da contabilidade, a Contadoria-Geral do Estado já exercia funções que podem ser consideradas como típicas de um órgão de controle interno, a exemplo do disposto no artigo 8º da Lei nº 521/1948:

Art. 8º – *Para o exato cumprimento das obrigações que lhes cabem, quanto à fiscalização, concomitante e posterior da escrita, a Contadoria-Geral do Estado e as Contadorias-Seccionais não visarão nem escriturarão nenhum documento de despesa que não satisfaça às exigências legais e regulamentares, levando a débito dos responsáveis respectivos (ordenadores ou pagadores) as despesas feitas à vista de documento transgressor dessas exigências, e, bem assim, terão autoridade para contrastar a escrita de qualquer almoxarifado ou depósito, onde se encontrem bens do Estado ou sob a responsabilidade deste, e todas operações a cargo das tesourarias, especialmente no tocante às operações de crédito, diversos responsáveis, banqueiros e correspondentes, podendo examinar, independentemente de requisição, todos os documentos, cadernetas de Bancos e livros de escrituração.*

Saliente-se que, quando foi sancionada a Lei nº 521/1948, “controle interno” era uma expressão pouco difundida em âmbito geral e praticamente desconhecida no setor público. No entanto, o texto acima transcrito deixa evidenciada a inter-relação existente entre a contabilidade e o controle interno:

o registro contábil pressupõe a verificação da regularidade da despesa e a indicação dos responsáveis pelas irregularidades constatadas.

A estrutura básica estabelecida por aquela Lei – um órgão central com seccionais junto às secretarias estaduais (Administração Direta) – mantém-se até hoje, passando pelas adaptações oriundas da assunção de novas atribuições, de mudanças na legislação, do advento de novas tecnologias, bem como atendendo às exigências decorrentes da modernização administrativo-financeira do Estado e do instituto da transparência, consubstanciado na participação dos cidadãos no controle público.

Mediante a edição dos Decretos nº 17.685, de 22 de dezembro de 1965, e nº 20.151, de 11 de fevereiro de 1970, foram criadas as Contadorias Seccionais junto aos Poderes Legislativo e Judiciário, respectivamente, de modo que o campo de atuação do órgão contábil criado pela Lei nº 521/1948 não ficou mais restrito apenas ao âmbito do Poder Executivo, passando a ser, na verdade, um “órgão de Estado”, não obstante permanecesse a vinculação administrativa à Secretaria da Fazenda.

Conforme já referido, o sistema de controle interno do Rio Grande do Sul passou por diversas mudanças. Uma das mais significativas foi promovida pelo Decreto nº 20.193, de 3 de março de 1970, que criou o Sistema de Contabilidade e Auditoria do Rio Grande do Sul, tendo como órgão central a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, nova denominação da Contadoria-Geral do Estado. Foi institucionalizada, assim, a função auditoria como integrante do sistema de controle interno do Estado, com atuação preponderante na Administração Indireta do Estado (autarquias, fundações e empresas).

É importante ressaltar que o modelo de organização da CAGE, com atuação junto aos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, mostrou-se tão adequado que os constituintes gaúchos trataram de institucionalizá-lo na Constituição Estadual vigente, conforme se vê no artigo 76, *verbis*:

Art. 76 – *O sistema de controle interno previsto no art. 74 da Constituição Federal terá, no Estado, organização una e integrada, compondo órgão de contabilidade e auditoria-geral*

do Estado, com delegações junto às unidades administrativas dos três Poderes, tendo sua competência e quadro de pessoal definidos em lei.

Por último, há que se mencionar a Delegação da CAGE junto ao IPERGS, criada pela Lei nº 12.395, de 15 de dezembro de 2005. Essa delegação constitui um modelo inovador de atuação do controle interno, consistindo numa auditoria *permanente* da CAGE atuando dentro da autarquia. Todos os processos e assuntos relevantes, relacionados com a gestão do RPPS e do plano de saúde dos servidores estaduais, são auditados pela Delegação da CAGE.

Como órgão central do sistema de controle interno do Estado do Rio Grande do Sul, a CAGE tem como missão *zelar pela boa e regular gestão dos recursos públicos*.

Para cumprir a sua missão, a CAGE exerce o controle prévio, concomitante e posterior das transações que envolvem o recebimento, guarda, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos. O controle prévio é exercido principalmente no âmbito das 17 Seccionais da CAGE que atuam junto aos órgãos da Administração Direta, mediante o exame prévio dos processos de despesa, com orientação aos gestores no sentido de corrigir inconformidades, buscando uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos. As Seccionais da CAGE estão vinculadas à Divisão de Controle da Administração Direta (DCD). Por sua vez, os controles concomitante e posterior são efetuados pelas sete Setoriais da CAGE, vinculadas à Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI), com atuação junto às autarquias, fundações e empresas estatais. É importante deixar claro que a preponderância de um tipo de controle em uma Divisão não exclui os outros tipos. Assim é que as Seccionais efetuam também o controle concomitante e *a posteriori* por meio de auditorias de acompanhamento e fiscalizações *in loco*, ao passo que a Delegação da CAGE no IPERGS desenvolve ação preventiva.

Atualmente, além dos dispositivos constitucionais e legais de caráter geral (e.g. LRF, Lei de Licitações, Lei federal nº 4.320/1964), a legislação

vigente que dispõe sobre a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado pode ser assim sintetizada:

- Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010 – Lei Orgânica da CAGE e regime jurídico do cargo da carreira de Auditor do Estado, integrante do Quadro de Pessoal do Órgão. O artigo 2º, incisos I a XXXV, trata das funções institucionais da CAGE.
- Decreto nº 50.063, de 08 de fevereiro de 2013 – Sistemas de Controle Interno do Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na formalização dos trabalhos da CAGE (conceituação e destino dos documentos emitidos, tais como Relatórios, Pareceres, Informações, Demonstrações e Comunicados).
- Decreto nº 47.590, de 23 de novembro de 2010 – Estrutura básica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ). O § 1º do artigo 13, dispõe sobre a estrutura da CAGE.
- Portaria CAGE nº 27, de 30 de junho de 2011 – Identificação das Seccionais e Setoriais da CAGE, conforme Decreto nº 47.845, de 17 de fevereiro de 2011.

2. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

A competência institucional da CAGE como órgão de controle interno do Estado está expressa no artigo 76 da Constituição Estadual, transcrito no item anterior, que, por sua vez, remete para o artigo 74 da Constituição Federal, cabendo, portanto, ao Órgão as finalidades mencionadas naquele dispositivo.

Os artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 13.451/2010 – Lei Orgânica da CAGE – trazem as funções institucionais do Órgão, a seguir transcritos:

Art. 1.º – *A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, órgão de execução subordinado à Secretaria da Fazenda, instituição de caráter permanente vinculada ao interesse público como atividade essencial ao funcionamento do Estado, organizada sob a forma de sistema, obedecerá ao regime jurídico especial estabelecido por esta Lei Complementar.*

Parágrafo único. *A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE é o órgão central do sistema de controle interno do Estado, de que trata o art. 76 da Constituição Estadual, com funções institucionais junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público.*

Art. 2.º – *São funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado:*

I – exercer, a título de controle interno, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta e de quaisquer entidades que tenham recebido auxílios, contribuições ou subvenções do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios constitucionais;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Administração Pública Estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

IV – controlar e acompanhar a execução orçamentária;

V – apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional;

VI – cientificar o Tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades de que tome conhecimento;

VII – apoiar e estimular o exercício do controle social;

VIII – efetuar os procedimentos relativos a relevação contábil da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito dos três Poderes do Estado, do Ministério Público e dos fundos especiais, bem como orientar e assessorar as entidades da Administração Indireta na organização de seus sistemas contábeis e de controle interno;

IX – realizar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Administração Direta, nas autarquias, nas fundações de direito público e de direito privado, nas sociedades de economia mista e nas suas subsidiárias, bem como nas entidades de direito privado que apliquem recursos públicos, emitindo os respectivos relatórios e pareceres;

X – realizar o levantamento do Balanço Geral do Estado e do Balanço Consolidado do Setor Público Estadual, assim como analisar, interpretar e avaliar os elementos integrantes destes e dos balanços das entidades públicas estaduais;

XI – elaborar, supervisionar e revisar os demonstrativos do Estado, exigidos legalmente, assim como pelos outros órgãos de controle externo da Administração Pública;

XII – exercer o controle sobre todos os atos daqueles que, a qualquer modo, arrecadem rendas, efetuem despesas ou administrem bens do Estado;

XIII – elaborar a prestação de contas anual do Governador do Estado;

XIV – examinar e emitir parecer sobre processos de prestação e tomadas de contas de qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações pecuniárias;

XV – encaminhar ao Ministério Público os documentos necessários ao oferecimento de denúncia de crimes praticados, por agentes públicos ou particulares, em licitações, contratos administrativos ou por atos praticados contra o erário;

XVI - examinar licitações, contratos, ajustes, convênios ou outros instrumentos que, direta ou indiretamente, possam originar despesas públicas;

XVII – efetuar a verificação prévia, concomitante e subsequente da legalidade dos atos da execução orçamentária e extraorçamentária, em consonância com o disposto no art. 8.º da Lei n.º 521/48;

XVIII – efetuar o gerenciamento do CADIN/RS - Cadastro Informativo de Pessoas Físicas e Jurídicas que tenham pendências com o Estado e a administração do CFIL/RS – Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e contratar com a administração pública estadual, bem como outros de abrangência estadual;

XIX – exercer o controle das participações societárias;

XX – manifestar previamente sobre a criação ou organização de sistemas de controle interno, no âmbito da Administração Pública Estadual;

XXI – efetuar o controle das receitas públicas, inclusive os ingressos, desonerações e renúncias fiscais;

XXII – realizar perícias na área de sua competência;

XXIII – emitir pareceres e prestar informações sobre matéria pertinente ao controle interno;

XXIV – normatizar as realizações de inventários na Administração Pública Estadual;

XXV – avaliar e acompanhar os custos dos serviços públicos;

XXVI – disciplinar, acompanhar e controlar as contratações de consultorias e de auditorias independentes;

XXVII – normatizar e padronizar, e ou determinar a revisão dos procedimentos relativos à contabilidade, auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, na área de sua competência;

XXVIII – gerenciar sistemas de informações de uso do controle interno;

XXIX – gerir, administrar, planejar, normatizar e operar os sistemas e a tecnologia de informação, na área de sua competência;

XXX – prestar assessoria aos municípios em assuntos atinentes ao controle interno;

XXXI – promover acordos de cooperação técnica no âmbito do controle interno;

XXXII – promover ações com vista a assegurar a transparência das contas públicas, estimulando a participação da sociedade no exercício do controle social;

XXXIII – avaliar as estruturas de controle, bem com os sistemas de informações utilizados pela Administração Pública Estadual, quanto a integridade e segurança destes, recomendando os ajustes necessários;

XXXIV – participar de órgãos colegiados de controle interno e de contabilidade de abrangência regional, nacional ou internacional;

XXXV – exercer outras atribuições ou encargos que lhe sejam correlatos.

Parágrafo único. *Além das funções institucionais referidas neste artigo, compete à Contadoria e Auditoria-Geral do Estado:*

I – elaborar sugestão de proposta orçamentária do órgão a ser encaminhada ao Secretário de Estado da Fazenda;

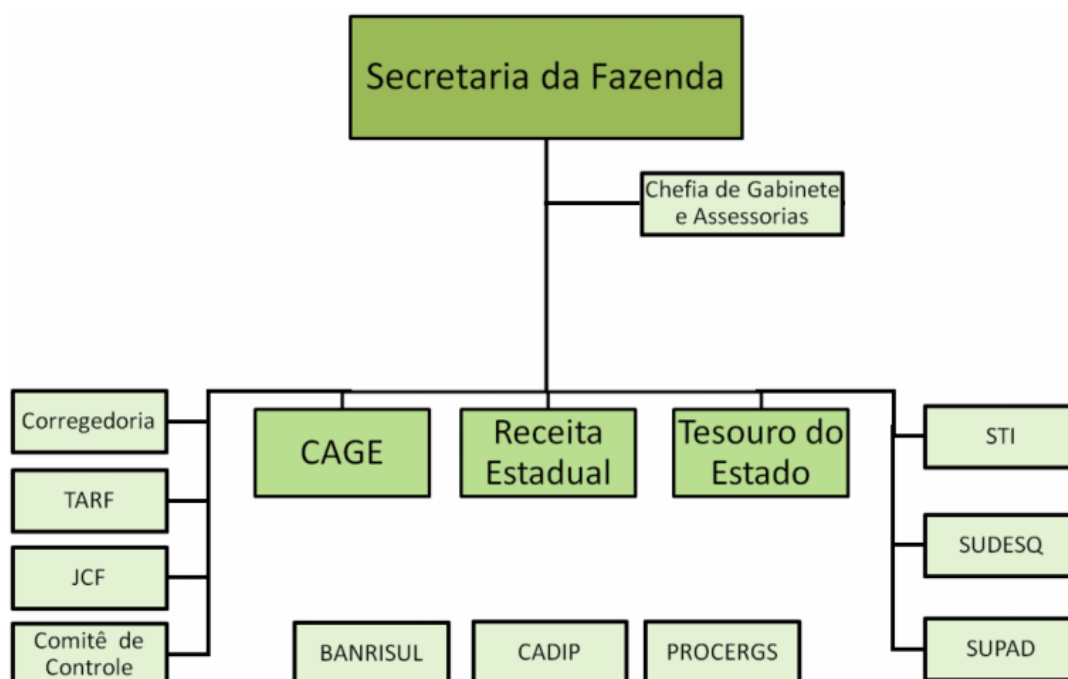
II – gerenciar as despesas da sua unidade orçamentária;

III – submeter ao Secretário de Estado da Fazenda a política de seleção e capacitação de recursos humanos.

3. MODELO ORGANIZACIONAL

3.1. Posição institucional no Estado

A CAGE integra a estrutura da Secretaria da Fazenda, conforme a Lei Complementar nº 13.451/2010, na condição de instituição de caráter permanente vinculada ao interesse público como atividade essencial ao funcionamento do Estado, com funções institucionais junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado.

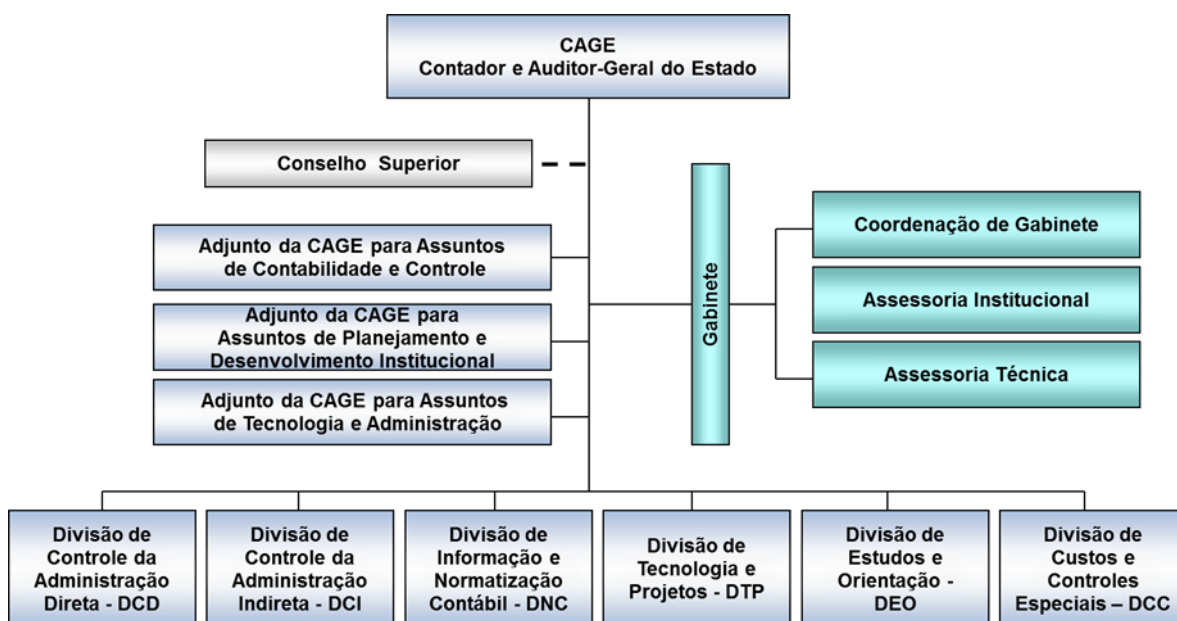


3.2. Estrutura Interna

A CAGE, dirigida pelo Contador e Auditor-Geral do Estado, com prerrogativas de Subsecretário e auxiliado, na direção, pelos Adjuntos da CAGE para Assuntos de Contabilidade e Controle, de Planejamento e

Desenvolvimento Institucional e de Tecnologia e Administração, tem sua estrutura básica institucionalizada no Gabinete do Contador e Auditor-Geral do Estado, compreendendo a Coordenação de Gabinete, a Assessoria Técnica e a Assessoria Institucional, no Conselho Superior, e nos Órgãos de Execução Indireta, abrangendo as Divisões.

A estrutura básica da CAGE está definida no artigo 13 do Decreto nº 47.590/ 2010, conforme demonstrado no organograma abaixo:



Na DCD estão vinculadas 17 Seccionais da CAGE e, na DCI, 7 Auditorias Setoriais e 1 Delegação. As áreas de atuação das Seccionais e Setoriais estão definidas na Portaria CAGE nº 27/ 2011.

4. RECURSOS HUMANOS

4.1. Estrutura Funcional

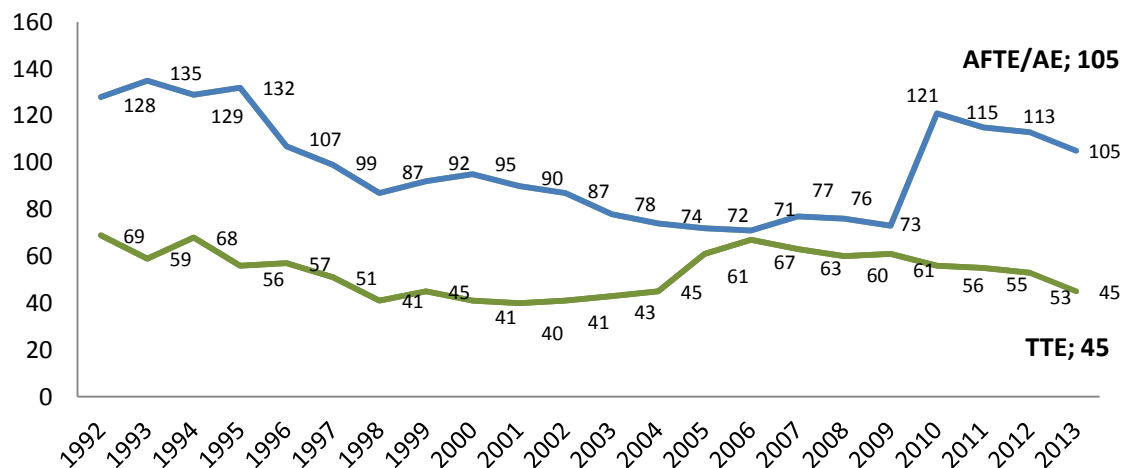
O quadro de pessoal da CAGE foi constituído, originalmente, pelo cargo de Contador Fazendário, mediante a edição da Lei nº 5.208, de 31 de dezembro de 1965, e o seu Estatuto foi instituído pela Lei nº 8.117, de 30 de dezembro de 1985. Com a reorganização dos quadros fazendários, procedida pela Lei nº 8.533, de 21 de janeiro de 1988, foram extintos os cargos de Contador Fazendário, Exator e Técnico de Economia e Finanças, e criado o cargo de Auditor de Finanças Públicas, que absorveu as atribuições dos três cargos extintos, atuando nas áreas do Controle e da Administração Financeira.

A Lei Complementar nº 10.933, de 15 de janeiro de 1997, extinguiu os cargos de Auditor de Finanças Públicas e de Fiscal dos Tributos Estaduais e criou a carreira de Agente Fiscal do Tesouro do Estado (AFTE), com exercício em todas as áreas fazendárias.

Nesta década, com a edição da Lei Complementar nº 13.451/2010, mediante a transformação de cargos de AFTE, foi criada a carreira de Auditor do Estado (AE), de que trata o artigo 76 da Constituição Estadual, do Quadro de Pessoal da CAGE, com atribuições específicas e exercício na área de Controle Interno.

A história nos mostra que a CAGE vem sofrendo significativas e sistemáticas reduções nos seus quadros. Apesar do ingresso de servidores em virtude de concursos realizados nos últimos anos, o número ainda é menor do que o quantitativo do início dos anos 90. Tal situação é passível de constatação no gráfico a seguir:

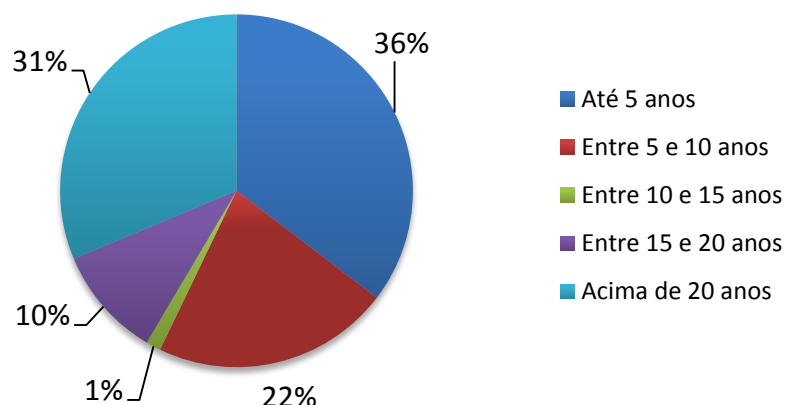
HISTÓRICO DA FORÇA DE TRABALHO



Em 2013 foi autorizada a realização de concurso público para Auditor do Estado, a fim de preencher 30 cargos da classe inicial (letra A), atualmente vagos. Em 12 de setembro de 2013 foi publicada a Portaria nº 69/2013 designando a Comissão de Ingresso e, em 19 de novembro de 2013, foi lançado o Edital do Concurso Público nº 01/2013, para provimento de cargos de Auditor do Estado, cuja nomeação está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2014.

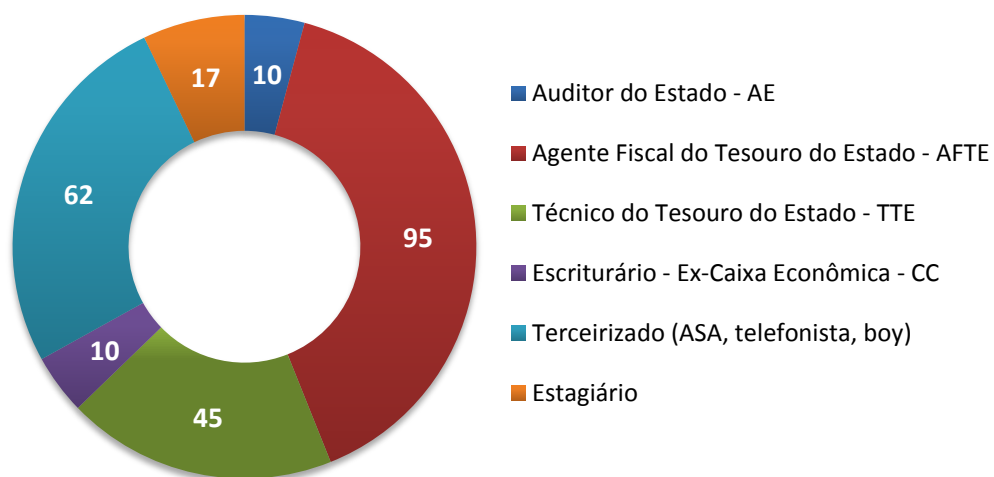
Outro aspecto relevante é quanto à composição dos quadros de nível superior. Atualmente, ainda que o artigo 159, *caput* e § 2º, da Lei Complementar nº 13.451/ 2010, permita ao AFTE exercer suas atividades na CAGE, no exercício de 2013, em função do chamamento de uma nova turma de AFTEs referente ao concurso de 2009, houve a remoção de 26 AFTEs para a Receita Estadual. Isso causou prejuízo na medida em que, além de se fazer necessário capacitar os novos servidores, houve a perda de pessoas experientes nas funções que desempenhavam. O gráfico a seguir apresenta uma distribuição por tempo de serviço, permitindo a avaliação pelo nível de experiência do quadro atual.

TEMPO DE CARREIRA



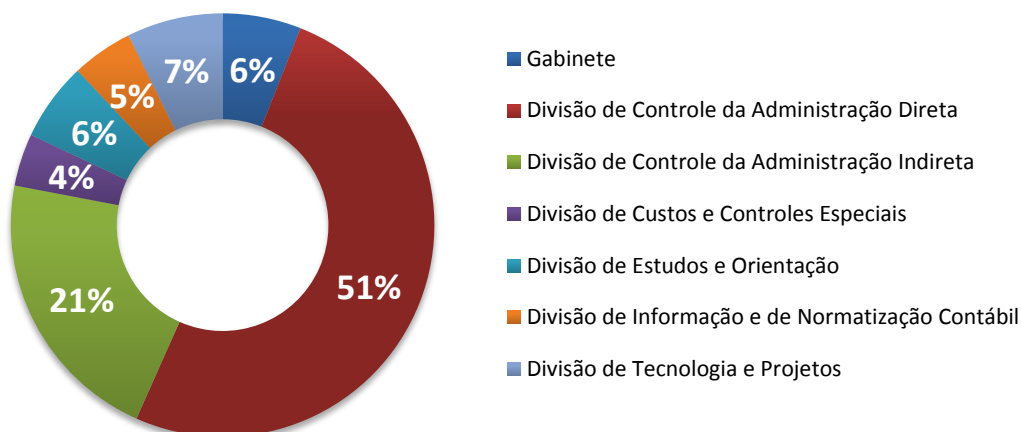
De modo geral, a CAGE possuía na data de 31/12/2013, em seus quadros, 239 servidores, estagiários e mão-de-obra terceirizada, divididos da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (Data de referência: 31/12/2013)



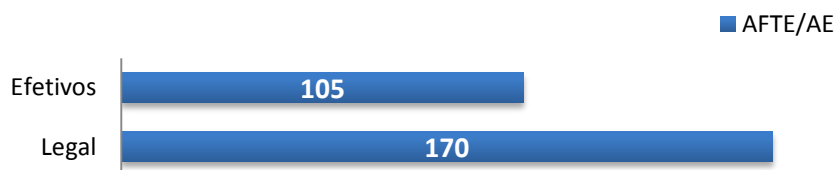
Sob o ponto de vista de distribuição dos quadros na estrutura administrativa da CAGE, em 2013 tínhamos o cenário a seguir:

DISTRIBUIÇÃO AE/AFTE/TTE POR DIVISÃO ADMINISTRATIVA

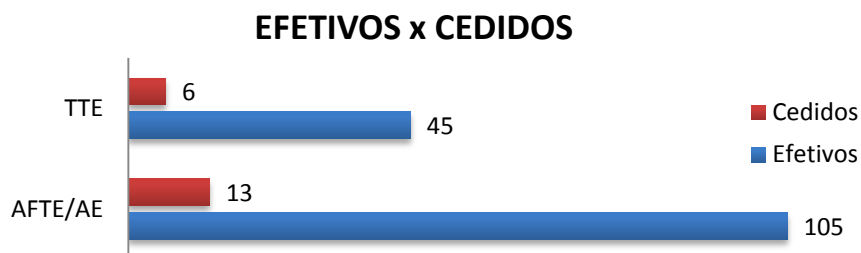


Comparando o quantitativo de cargos que compõem o quadro da CAGE definido no artigo 11 da Lei Complementar nº 13.451/2010, com a força de trabalho efetiva conclui-se que a CAGE apresentava em 2013 um índice de vacância com relação ao seu quadro legalmente previsto, conforme se constata abaixo:

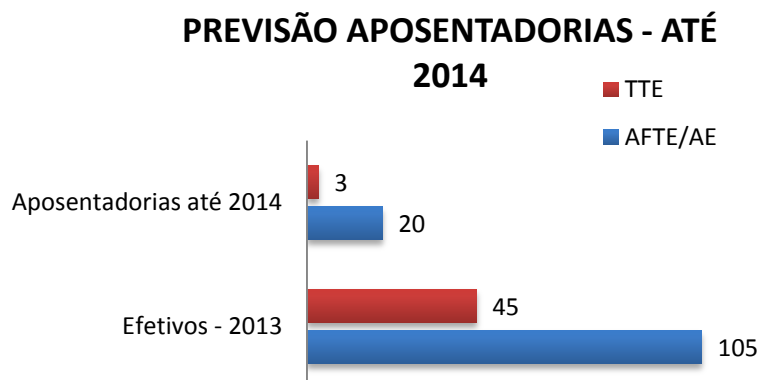
QUADRO LEGAL X QUADRO EFETIVO



Outro ponto a ser considerado é o número de servidores da CAGE que foram cedidos. Em 2013 esse número correspondia a 13% do total de servidores efetivos no Órgão, como segue:

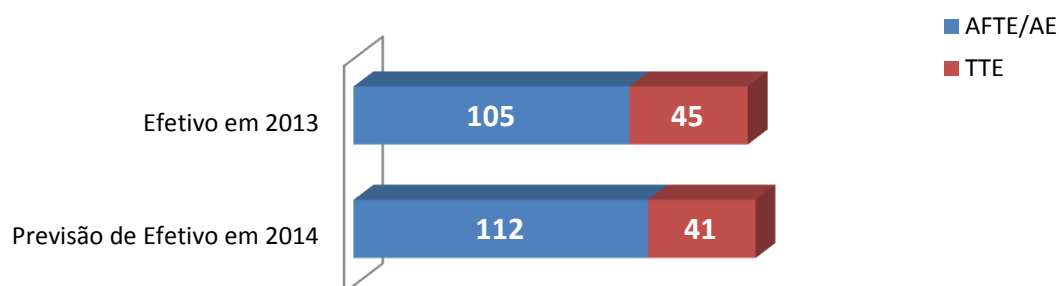


A situação se agrava quando consideramos a previsão de aposentadorias, pois a CAGE conta com um grupo de servidores que já está apto a solicitar a aposentadoria e ainda um contingente que está completando o tempo de serviço nesta gestão. Desta forma, se até o final de 2014 todos os servidores que já implementaram condição se aposentarem, a CAGE terá uma redução de 15% do seu efetivo.



Dos 23 servidores que podem se aposentar até o final desta gestão, 15 deles exercem cargo de chefia (titulares de Função Gratificada) e 02 são substitutos de FG. Atualmente, 10 destes servidores já contam com Gratificação de Permanência.

EFETIVO ATUAL X PREVISÃO DE EFETIVO



Com um quadro escasso de servidores atuando no controle interno do Estado e com demandas cada vez mais crescentes da sociedade por maior transparência da ação dos gestores públicos, a fiscalização adequada da atuação dos órgãos e entidades está se tornando uma tarefa desafiadora, na medida em que o ingresso de 30 novos AEs não permitirá à CAGE recompor o déficit atual de pessoal, em função das aposentadorias (23) que ocorrerão até 2014, pois representará um incremento de apenas 7% nos cargos de nível superior.

4.2. Aprimoramento do Corpo Técnico

A CAGE possui um quadro técnico formado por servidores concursados, que passam constantemente por diversos tipos de aprimoramento, tendo como destaque os cursos de pós-graduação e os cursos técnicos de curta duração, bem como a participação em congressos e seminários.

Como órgão de controle interno, as atividades desenvolvidas pela CAGE exigem um conhecimento técnico bastante aprofundado nas diversas áreas de sua atuação, dentre elas contabilidade, auditoria, legislação, transparência, licitações, pessoal, informática, prevenção e combate à corrupção e controle social. Dessa forma, torna-se imprescindível a atualização constante dos servidores, na medida em que se deve conhecer não apenas a estrutura de funcionamento da Administração Pública Direta e Indireta do

Estado, como também as inter-relações com o setor privado. Não obstante, a CAGE ainda atua como um importante órgão de normatização e orientação aos gestores públicos.

Para que a capacitação ocorra de forma sistemática e os cursos sejam corretamente selecionados e destinados àqueles servidores envolvidos com os temas pertinentes às áreas de atuação da CAGE, esta se utiliza, dentre outras, de uma ferramenta de planejamento, denominada SISPLAN, também adotada por toda a Secretaria da Fazenda, a fim de cadastrar e acompanhar mensalmente as metas definidas no Planejamento Estratégico.

No SISPLAN, a meta de capacitação 04.03.171 – Dar continuidade à qualificação do quadro de servidores da CAGE considerou, em 2013, a execução das seguintes ações:

a) consolidar a aplicação da Matriz de Capacitação: qualificação das informações sobre competências e conhecimentos exigidos para cada tipo de atividade, objetivando alcançar melhor relação com o quadro técnico;

b) executar o Plano de Capacitação: realização de cursos técnicos e gerenciais de curta e longa duração;

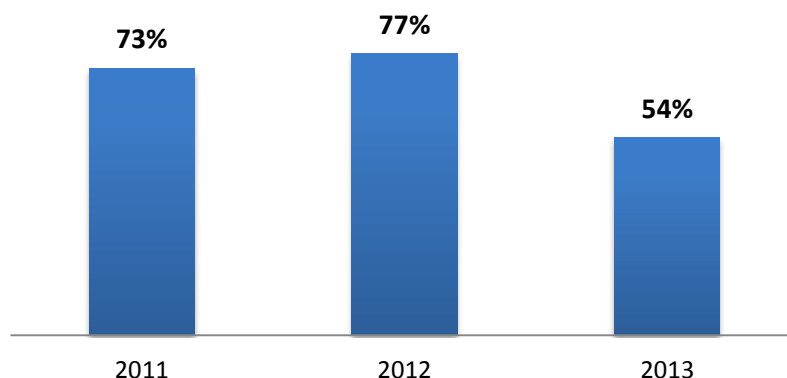
c) participar do Programa Minerva: investimento para participação da CAGE com dois servidores em curso internacional de média duração, realizada na Universidade de George Washington (GWU), localizada em Washington-DC/EUA;

d) estabelecer uma política de capacitação: normatização das regras de escolha e participação nos cursos previstos, bem como definição dos deveres atribuídos aos participantes a partir do investimento realizado em capacitação.

De modo geral, como se pode comprovar no subitem 4.1. Estrutura Funcional, a CAGE vem sofrendo com o déficit de pessoal. Como consequência, não raras vezes atividades críticas são desempenhadas por um único servidor, resultando que qualquer ausência não planejada pode comprometer o cumprimento de metas importantes, que afetam não apenas a operação da Secretaria da Fazenda como também a Administração Pública Estadual de maneira global.

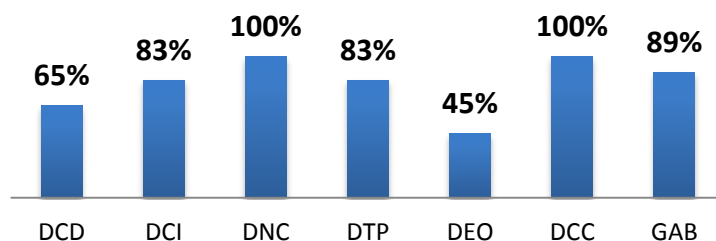
Para efeito de acompanhamento da meta, adotou-se o indicador de capacitação mínima, que demonstra qual o percentual de servidores que realizou, no mínimo, 6 horas de treinamento durante o exercício de 2013. O gráfico abaixo apresenta o comportamento desse indicador nos últimos 3 anos.

CAPACITAÇÃO MÍNIMA

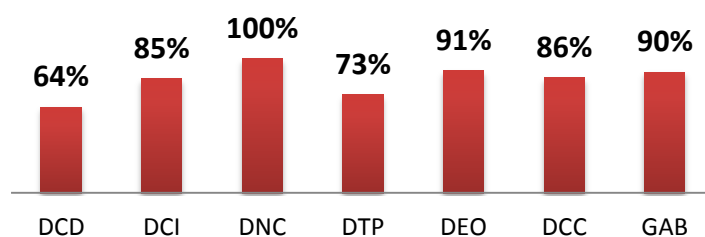


Portanto, em 2013, considerando as carreiras de AE, AFTE e TTE, 54% realizaram o montante de, no mínimo, 6 horas em treinamento. A queda verificada em 2013, em relação a 2012, ocorreu em função do déficit de pessoal comentado anteriormente em relação à carga de trabalho demandada à CAGE. Esse indicador ainda pode ser avaliado, ano a ano, por divisão administrativa, conforme gráficos abaixo.

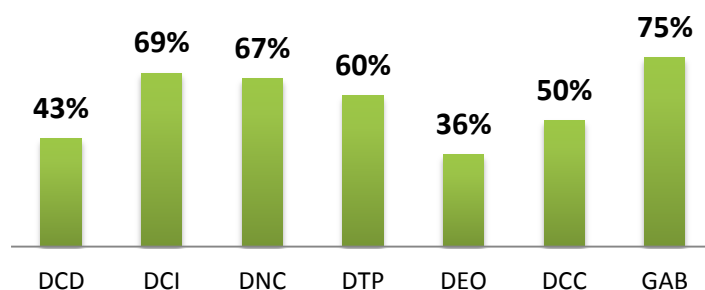
2011



2012



2013



De maneira geral, os servidores da CAGE participaram de 73 eventos de capacitação, entre eles cursos de pós-graduação, cursos técnicos, gerenciais, congressos e seminários. No total, foram contratadas 8.453 horas de capacitação. Em resumo, a meta atingiu uma média de 25,25 horas de treinamento por ano.

Além disso, destacamos outras ações e atividades que contribuíram para o aperfeiçoamento de seu quadro de pessoal, como elencamos a seguir.

4.2.1. Programa Somando Experiência



O “Programa Somando Experiência” foi implantado em 2013, consistindo na troca temporária de servidores entre Divisões da CAGE, com o intuito de promover o aproveitamento das potencialidades individuais e o conhecimento de diferentes processos, bem como a integração entre os servidores e as Divisões do Órgão.

Entre os meses de abril e agosto de 2013, 4 servidores (2 da DCD e outros 2 da DCI) trocaram de atividades, migrando entre as duas Divisões, a fim de viabilizar o objetivo do programa.

Como comprovado na reunião de encerramento feita à época, a avaliação geral dos participantes foi altamente positiva, já que a primeira edição cumpriu seus objetivos e a experiência foi muita enriquecedora para todos os envolvidos.

4.2.2. Jornada de Licitações



Entre os meses de setembro e outubro de 2013, a CAGE, em parceria com a SUDESQ, realizou a “Jornada de Licitações”, visando

proporcionar aos participantes um conhecimento teórico e atualizado da legislação sobre Licitações, Regime Diferenciado de Contratação (RDC) e a Modalidade Pregão Eletrônico. Todo o curso foi elaborado e ministrado por servidores da CAGE.

4.2.3. Programa Minerva



Trata-se de um programa internacional de ensino destinado a profissionais que atuam no setor público, cujo objetivo é contribuir para elevar o grau de eficiência da administração pública brasileira.

O curso “*Theory and Operation of a Modern National Economy*” é ministrado na *George Washington University*, localizada em Washington/EUA, durante um período de quatro meses. Além de aulas presenciais em cinco blocos de conhecimento (Princípios de Microeconomia e Macroeconomia, Teoria do Comércio Exterior, Integração do Comércio no Hemisfério, Função do Sistema Financeiro e Função do Governo), o programa inclui conferências, palestras, painéis, visitas a instituições governamentais e privadas, e cursos universitários. Ao final, cada participante escreve um trabalho de conclusão sobre um assunto de sua escolha.

Em 2013, a CAGE enviou 2 servidores, um por semestre. Os trabalhos desenvolvidos abordaram “Implementação de um sistema de gerenciamento das recomendações do controle interno Estadual” e “Uma proposta para ajudar o combate à corrupção no Rio Grande do Sul”. O primeiro

trabalho serviu de metodologia para desenvolver o novo sistema de gerenciamento de auditoria da CAGE.

4.2.4. Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI)



Nos dias 21 e 22 de novembro de 2013, o Rio Grande do Sul foi sede da 9ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), que debateu assuntos relacionados ao controle e transparência na gestão pública. O evento, realizado em parceria com a Secretaria da Fazenda, reuniu representantes de órgãos nacionais, federais e municipais de todo o País.

Vários estudos foram apresentados durante o evento: “Diagnóstico da Organização e Funcionamento dos Órgãos de Controle Interno”, “Manual Básico do Controle Interno” e “Avaliação de Programas de Governo”.

A programação contou, ainda, com palestras sobre a atuação do Controle Interno nas Licitações do Rio Grande do Sul, o Sistema Informatizado de Auditoria do Rio Grande do Sul e a Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica e sua regulamentação (análise e sugestões).

4.2.5. Realização de Curso e Seminário sobre Custos

A DCC ministrou duas edições do curso “Utilização de Informações do CUSTOS/RS”, uma voltada para servidores da CAGE e outra destinada a Auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS).

O curso abordou a operacionalidade do CUSTOS/RS e a utilidade das informações de custos, tanto sob o ponto de vista de controle como de gestão, tendo o seguinte conteúdo programático:

- critérios de formação da base de dados do CUSTOS/RS;
- funcionalidades do Módulo CUSTOS para pesquisa de Estruturas Administrativas;
- funcionalidades do Cubo CUSTOS para pesquisa e formatação de relatórios, e
- construção de informações para subsidiar o exercício do controle a partir do Cubo CUSTOS.

A DCC realizou, em 20 de novembro de 2013, o Seminário de Custos, que contou com a participação de 400 servidores pertencentes aos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

4.2.6. Capacitação em ACL

No período de 04 a 08 de novembro de 2013, foi realizado o Treinamento ACL Básico – Conceitos e Práticas, visando à reciclagem sobre o uso da ferramenta, abordando os fundamentos, acesso aos dados, verificação da integridade, análise dos dados e formas de reportar os dados extraídos.

Participaram do treinamento 17 servidores da CAGE. O curso foi elaborado e ministrado pela Instrutora Certificada Fabiana Thomazelli, da TechSupply, da matriz de São Paulo.

4.2.7. Fórum de Controle Interno e Auditoria na Administração Pública



Nos dias 17 e 18 de outubro de 2013, 3 servidores da CAGE participaram do 7º Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública, em Brasília/DF.

Na ocasião, especialistas da área, juristas, profissionais do direito, auditores, professores e estudiosos trocaram experiências e levantaram assuntos envolvendo a aplicação dos recursos públicos, licitações, contratos, fiscalização e os mecanismos de controle interno e auditoria da administração pública.

Foi amplamente abordado que o dever do controle interno é o de orientar e prevenir o gestor de modo que não se consuma o ilícito ou irregularidade, bem como agregar valor aos processos administrativos.

4.2.8. Seminário sobre Terceirização de Serviços



No período de 16 a 18 de outubro de 2013, dois servidores da CAGE participaram do Seminário Nacional sobre “Terceirização de Serviços de Limpeza, Vigilância, Conservação e Portaria: Inovações e Tendências para a melhor contratação”, realizado em São Paulo.

Os temas tratados no Seminário serviram para auxiliar nas questões que vem sendo tratadas no Grupo de Trabalho referente a revisão e a atualização do Decreto 35.994/95, que dispõe sobre os modelos padrões de editais de licitações e termos de contratos no âmbito da Administração Pública Estadual.

4.2.9. Curso e Fórum de Governança de TI na Administração Pública



Nos dias 25 a 29 de novembro de 2013, a CAGE, por meio da DCI, participou de um curso sobre Auditoria de TI, que contou com a abertura do Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União, Dr. Augusto Sherman Cavalcanti, e foi ministrado pelos Auditores Federais de Controle Externo do TCU, Daniel Jezini Netto e Wesley Vaz Silva.

Dentre os temas abordados, destaque para a importância do novo Modelo de Contratações de TI, o Índice de Governança de TI de 2012 (iGovTI2012, composto de um questionário com 36 questões – 494 itens, enviado para 338 jurisdicionados), o Plano Diretor de TI, o Comitê de TI, a Criação de Valor (realização de benefícios, otimização de recursos e a gestão de riscos), a Gestão da Informação e de Pessoal, os Processos de Gestão de TI, de acordo com as boas práticas preconizadas pelo COBIT 5 (*Control Objectives for Information and Related Technology*) Framework.

No mesmo período, também participaram do Fórum de Governança de TI na Administração Pública, principal área da Auditoria de TI, em Brasília-DF.

O Fórum foi aberto pelo Prof. Dr. João de Souza Neto e trouxe, dentre diversos destaques, o uso do framework do MIT-CISR (*Massachusetts Institute of Technology - Center for Information Systems Research*, referência Peter Weill) em conjunto com COBIT, ITIL e BSC (Prof. Dra. Tereza Cristina Carvalho), a trajetória de construção da maturidade da Governança de TI no Ministério do Planejamento (Fernando Siqueira), Governança de TI no Judiciário (Lúcio Melre), Indicadores do uso de TI como suporte à Governança de TI (Rildo Santos) e Espionagem de Agência dos EUA – Riscos à Governança da Tecnologia e Segurança da Informação Brasileira (Paulo Pagliusi).

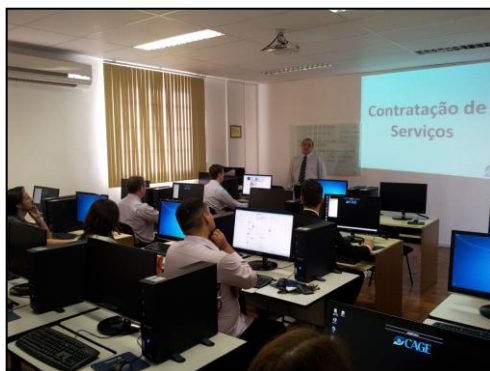
4.2.10. Programa de Formação de novos Servidores

Durante o segundo semestre de 2013, houve o ingresso de novos AFTEs na CAGE, como reposição de servidores que foram removidos para as Subsecretarias da SEFAZ.

O Programa de Formação foi realizado, em parceria com a SUDESQ, para facilitar o processo de integração às atividades da CAGE. Além da apresentação das competências e casos práticos da atuação de todas as divisões administrativas, os servidores realizaram visitas para conhecer as instalações físicas e as equipes de trabalho.

Após a definição das lotações, cada Divisão onde os servidores passaram a desempenhar suas funções realizou treinamento específico sobre suas atividades.

4.2.11. Capacitação de novos Servidores



Com o objetivo de aprimorar o conhecimento específico dos 14 AFTEs que ingressaram na DCD em 2013, foram realizados, durante o mês de outubro, diversos cursos: Atuação do Controle Interno na Administração Direta, Contratação de Fornecimentos, Diárias, Ajuda de Custo, Adiantamento de Numerário e Contratação de Serviços, Retenções e Convênios.

Os cursos foram elaborados e ministrados por servidores que atuam nas Seccionais e possuem elevado grau de conhecimento técnico. Os novos AFTEs além do domínio da legislação pertinente, também devem conhecer sistemas eletrônicos e processos utilizados pela Administração Pública Estadual, bem como os pontos de controle destes três meios.

4.2.12. Capacitação e Transmissão de Conhecimento



Durante o ano de 2013, a DCI realizou quatro Encontros de Capacitação e Transmissão de Conhecimento, denominado CTC.

Na oportunidade, os servidores da Divisão compartilharam conhecimentos obtidos em seminários, congressos e cursos com o objetivo de promover a melhoria contínua das equipes no desempenho de suas atividades.

O evento também serviu para exercitar as habilidades de oratória e apresentação, além de ampliar o comprometimento dos servidores que participam dos Encontros para integrar as equipes e trocar experiências e boas práticas referentes às atividades desenvolvidas.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As fontes de recursos que compõem o orçamento da CAGE foram definidas na Lei nº 14.146, de 17 de dezembro de 2012, denominada Lei Orçamentária Anual (LOA), na qual foram estimadas as receitas e fixadas as despesas do Estado para o exercício financeiro de 2013.

A Lei Orçamentária Anual de 2013 pode ser acessada através do *site* da Secretaria de Planejamento do Estado no seguinte endereço eletrônico: http://www1.seplag.rs.gov.br/upload/Volumel_LOA_2013.pdf.

A seguir, a composição inicial dos valores extraídos da LOA:

Unidade Orçamentária 14.02 – Atividade 2196 (GESTÃO DA CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO) – R\$ 1.329.750,00

Unidade Orçamentária 14.90 – Projeto 1917 (GESTÃO DO FUNSEFAZ – CAGE – R\$ 5.500.000,00

Unidade Orçamentária 14.02 – Projeto 5853 (DESENV. E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS NA ADM. PÚBLICA ESTADUAL – CUSTOS RS) – R\$ 300.000,00

Cumpramos observar que este orçamento, no que compete aos recursos fixados para a CAGE, sofreu alteração no transcorrer do exercício de 2013. Houve remanejamento de recursos entre as rubricas atinentes à Secretaria da Fazenda, o que foi devidamente justificado. Assim, a composição das fontes de recursos passou a ser a seguinte:

RUBRICA	NOVO VALOR
1917 - GESTÃO DO FUNSEFAZ – CAGE	R\$ 1.100.000,00
2196 - GESTÃO DA CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO	R\$ 5.900.000,00
5853 - DESENV. E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS NA ADM. PÚBLICA ESTADUAL – CUSTOS RS	R\$ 300.000,00 (mesmo valor anterior)

Do ponto de vista de execução, é interessante avaliar como se deu em cada uma das rubricas. Não se faz necessário analisar minuciosamente o projeto 5853, pois o recurso disponível foi destinado para o desenvolvimento e manutenção do sistema CUSTOS RS junto à Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

O Projeto 1917 – GESTÃO DO FUNSEFAZ – CAGE foi executado conforme tabela abaixo:

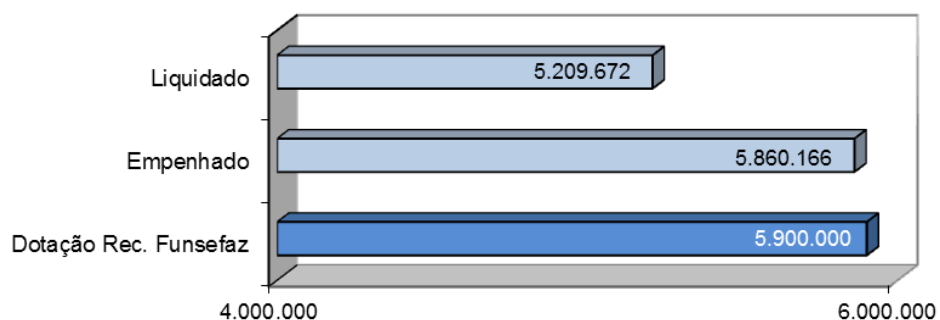
	Valor Dotação	Valor Empenhado	Valor Liquidado	
1917 - GESTAO DO FUNSEFAZ - CAGE	5.900.000,00	5.860.166,18	5.209.672,47	
3029 - DIVULG PROMOC OU INSTITU		1.000,00	1.000,00	0,02%
3032 - CONSERVACAO DE BENS IMO		3.192,90	3.192,90	0,06%
3502 - ASSESSORIA E CONSULTORIA		216.000,00	6.480,00	0,12%
3611 - HONORARIOS		3.250,00	3.100,00	0,06%
3704 - SERV TECNICOS		216.219,07	194.516,09	3,73%
3907 - ORGANIZACAO FEIRAS AMOS		13.499,40	13.254,40	0,25%
3910 - CONCURSOS PUBLICOS		320.189,00	0	0,00%
3924 - PROC DE DADOS		4.983.262,33	4.934.101,41	94,71%
3925 - RECEPCOES E HOMENAGENS		500	500	0,01%
3930 - CONSERVACAO DE BENS IMO		2.850,00	2.850,00	0,05%
3934 - SERVICOS GRAFICOS		32.487,31	0	0,00%

3935 - ENSINO E TREINAMENTO	16.200,00	0	0,00%
4701 - CONTRIB PREVID - SERV TER	650	620	0,01%
5212 - MAQUINAS, MOTORES E/OU	4.950,00	4.950,00	0,10%
5213 - MATERIAL BIBLIOGR. COLEC	5.998,70	5.190,20	0,10%
5214 - MOBILIARIO EM GERAL	3.100,00	3.100,00	0,06%
5228 - PROCESS DADOS E MICROFI	36.817,47	36.817,47	0,71%

Cumprе observar que a rubrica 3924 – PROCESSAMENTO DE DADOS equivale a 94,71% do total do valor liquidado. Nessa rubrica estão concentrados os valores alocados para manutenção e desenvolvimento dos sistemas relacionados a controle e gestão pública, principalmente o sistema Finanças Públicas do Estado (FPE) que abarca vários módulos administrados pela CAGE e mantidos pela PROCERGS.

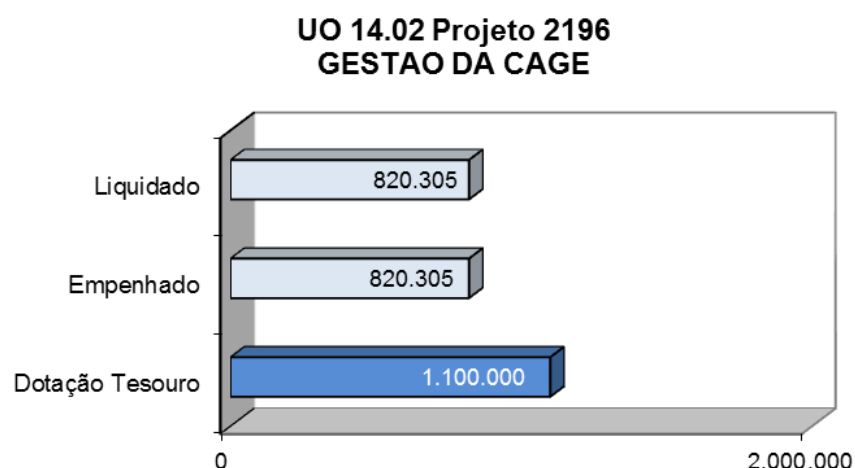
Para efeito de entendimento, despesas com inscrição para participação em congressos, workshops, seminários e treinamentos são executadas através da Unidade Orçamentária 14.01 – Atividade 2196 (GESTÃO DA SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E QUALIDADE). Portanto, trata-se de uma política definida pelo Gabinete do Secretário da Fazenda, cujo propósito é facilitar a gestão dos recursos.

**UO 14.90 Projeto 1917
GESTAO DO FUNSEFAZ - CAGE**



A Atividade 2196 – GESTÃO DA CAGE teve a sua execução da seguinte forma:

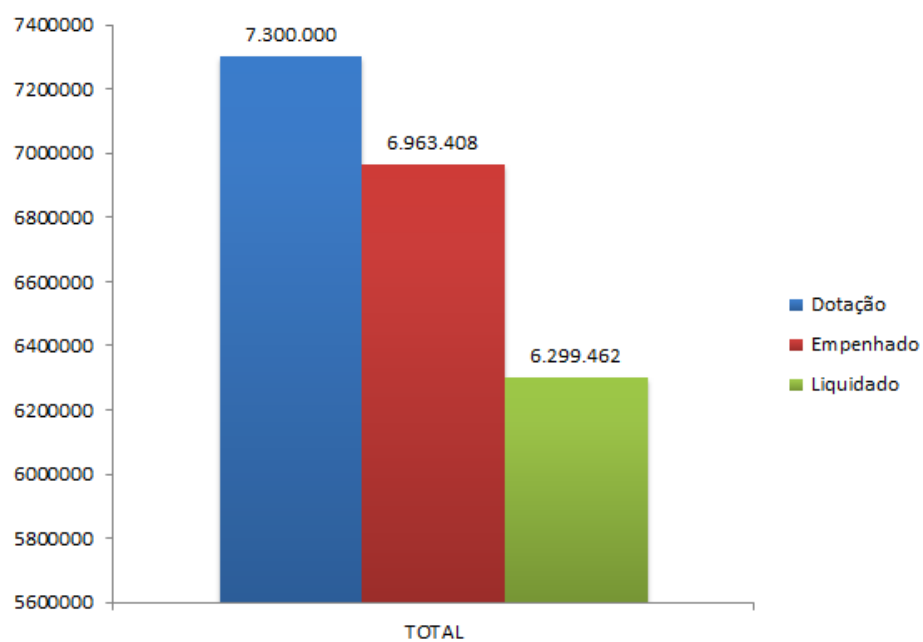
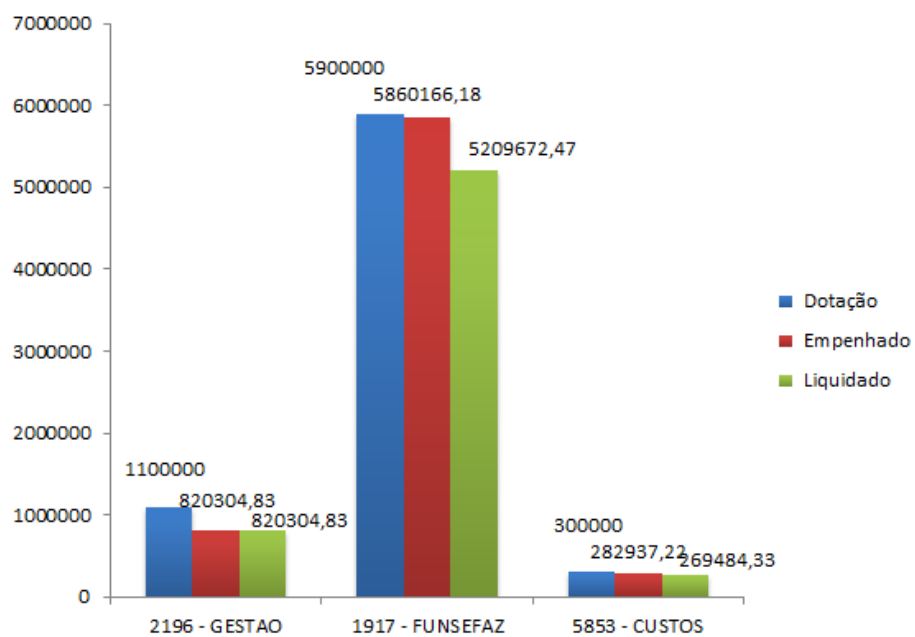
	Valor Dotação	Valor Empenhado	Valor Liquidado	
2196 - GESTAO DA CAGE	1.100.000,00	820.304,83	820.304,83	
1402 - DIARIAS DE VIAGEM		14.841,02	14.841,02	1,81%
1403 - DIARIAS ESPECIAIS DE VIAG		14.759,00	14.759,00	1,80%
1407 - DIARIAS DE VIAGEM FORA ES		45.322,68	45.322,68	5,53%
3013 - MANUTENC, IDENTIFICAC, UT		561,68	561,68	0,07%
3032 - CONSERVACAO DE BENS IMO		1.500,00	1.500,00	0,18%
3302 - TRANSPORTE DE PESSOAL		4.532,84	4.532,84	0,55%
3304 - TRANSP PESSOAL VIA AEREA		65.748,24	65.748,24	8,02%
3611 - HONORARIOS		4.195,70	4.195,70	0,51%
3903 - ASSINATURA DE PERIODICOS		43.813,24	43.813,24	5,34%
3916 - DESPESAS PEQUENAS DE PR		7.741,00	7.741,00	0,94%
3924 - PROC DE DADOS		25.536,86	25.536,86	3,11%
3933 - DIVULGACAO OBRIGATORIA		19.942,21	19.942,21	2,43%
3934 - SERVICOS GRAFICOS		1.852,00	1.852,00	0,23%
3979 - TELEF FIXA		21.692,09	21.692,09	2,64%
3980 - TELEFONIA MOVEL		13.274,49	13.274,49	1,62%
4701 - CONTRIB PREVID - SERV TER		839,14	839,14	0,10%
4714 - JRS ATUALIZ S/RETENCOES		2.263,61	2.263,61	0,28%
9304 - RESSARC DESPES ALIMENTAÇÃO		3.439,35	3.439,35	0,42%
9308 - INDENIZACAO PELO USO DE VEÍCULO		528.449,68	528.449,68	64,42%



Por fim, o Projeto 5853 – DESENV. E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS NA ADM. PÚBLICA ESTADUAL – CUSTOS RS teve sua execução conforme tabela abaixo. Portanto, a totalidade das despesas realizadas foi na rubrica de Processamento de Dados.

	Valor Dotação	Valor Empenhado	Valor Liquidado
5853 - DES. IMP. SIST. CUS. ADM. EST.	300.000,00	282.937,22	269.484,33
3924 - PROC DE DADOS		282.937,22	269.484,33

De modo geral, a CAGE cumpriu a execução orçamentário-financeira a seguir evidenciada:



6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O exercício financeiro de 2013 foi marcado por algumas particularidades no que se refere ao contexto da atuação do controle interno do Estado, destacando-se, em especial, a data de 28 de dezembro, em que a CAGE completou 65 anos de sua criação (Lei nº 521/1948), que foi comemorada em eventos promovidos pelo Órgão e registrada na logomarca em uso durante o ano de seu 65º aniversário.

Outro fato impactante nas atividades de controle interno foi a substituição de 26 Agentes Fiscais do Tesouro do Estado – AFTes (atualmente Auditores-Fiscais da Receita Estadual – AFREs), pertencentes à carreira do quadro da Receita Estadual, em exercício na CAGE. A nomeação de AFTes para a área tributária provocou um processo prévio de remoção interna, tendo os referidos servidores optado pela remoção, sendo substituídos pelos novos nomeados. Não é difícil entender os transtornos oriundos da substituição de um quarto de AFTes treinados e adaptados às rotinas por servidores inexperientes quanto às atividades do Órgão.

Entretanto, tais dificuldades, somadas àquelas decorrentes da histórica carência de pessoal do Órgão, foram suplantadas pela alta qualidade e elevado desempenho dos servidores, o que viabilizou a realização exitosa das atividades de controle interno e, conseqüentemente, o atingimento dos objetivos delineados para 2013.

Além das atividades cotidianas de contabilidade, auditoria e outras correlatas, cujas metas foram plenamente atingidas, alguns projetos e atividades especiais merecem destaque. Nessa esteira, há que se ressaltar a implantação do plano de contas, seguindo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, bem como a elaboração das demonstrações financeiras anuais de acordo com as novas normas.

Cabe referir, ainda, que o sistema de informações de custos, desenvolvido pela CAGE, continuou sendo implantado em diversos órgãos e entidades do Estado. Do mesmo modo, diversos projetos de informatização de sistemas e de serviços voltados aos processos de controle interno continuaram em curso, tais como os sistemas de Integração Estado-Fornecedor e de Administração de Material.

Também merece registro a realização da 9ª RTC – Nona Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), os Seminários de Orientação aos Gestores Estaduais, que em suas edições reuniram centenas de participantes, e o Segundo Seminário de Informações de Custos. Nessa estratégia da orientação, vale lembrar que a CAGE lançou a 3ª edição do Manual do Gestor Público, revisada, ampliada e com formato especial, em comemoração aos seus 65 anos. E, ainda focada na orientação, a CAGE produziu e distribuiu dois Guias de Orientação, um voltado ao último ano de mandato e o outro versando sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

As atividades desenvolvidas pela CAGE em 2013, de modo geral, revestiram-se de pleno sucesso, superando as adversidades e limitações de recursos – principalmente humanos – e, por outro lado, observando as diretrizes desta gestão, especialmente as que dizem respeito à transparência, à orientação e ao controle prévio.

7. ATUAÇÃO E GESTÃO POR RESULTADOS

7.1. Contabilidade

7.1.1. Custos

7.1.1.1. Garantia da usabilidade do CUSTOS/RS

A garantia da usabilidade foi perseguida mediante ampliação do acesso às informações de custos por meio da ferramenta Cubo e, principalmente, por meio de manutenções corretivas e evolutivas das funcionalidades do Módulo Central do CUSTOS/RS, todas concluídas, a exemplo de:

a) Integração de Processos Informatizados

- Integração CUSTOS/RS com Cubo CUSTOS
 - Revisão da Estrutura de Arquivo Disponibilizada para o Cubo CUSTOS/RS.
 - Alteração do “executável” que gera os arquivos DW.
- Integração Módulo Administração de Materiais (SAM) com CUSTOS
 - Ajuste funcionalidade de gravação da UO do CC consumidor.
 - Quebra do Critério Matrícula.
 - Novo método para fornecimento do nome do solicitante de materiais do SAM para o CUSTOS.
- Integração Sistema Recursos Humanos do Estado (RHE) com CUSTOS.
 - Alteração no formato de arquivo de Vínculos.
 - Descontinuação da carga da Folha Tipo 13º Base.
 - Análise para solução de inconsistência de Dados.

b) Funcionalidade de Pesquisa e Relatório

- Ajuste na funcionalidade de “Gerar Planilha”.
- Ajuste na funcionalidade “Copiar Lista” na “pop-up” de evidenciação de custos por NAD em “Totais Hierárquicos”.
- Revisão e Uniformização de Submenus e Telas.

c) Funcionalidade de Manutenção de Estruturas

- Melhoria na Importação de Estrutura Hierárquica de Centros de Custos (EHCC) via CSV.

d) Resultados Obtidos pela Seção de Custos

- Qualificação dos organogramas dos órgãos que receberam a implantação do CUSTOS/RS.
- Evidenciação dos custos de aproximadamente 4.020 centros de custos dos 14 Órgãos com o sistema implantado.
- Melhoria na qualidade dos dados existentes na base de dados do Custos/RS.
- Melhoria na usabilidade das informações de custos.
- 14 Órgãos da Administração, com informações de custos por centro de custos, representando cerca de 20% dos centros de custos do Estado e 40% do volume de recursos consumidos do orçamento geral do Estado.
- 60 servidores públicos treinados no uso das informações de custos.

7.1.1.2. Ampliação do escopo do CUSTOS/RS

Em 2013 foi desenvolvida uma funcionalidade para captar os custos na dimensão funcional/programática, visando a evidenciar os custos dos Programas de Governo, tendo nos Projetos/Atividades o seu menor nível de alocação.

Também foi elaborado e entregue o Projeto Preliminar do módulo Cadastro de Estruturas ao fornecedor PROCERGS, que está em fase final de desenvolvimento do projeto técnico, objetivando descentralizar a manutenção

das estruturas de centros de custos e garantir maior integração do Custos/RS com os sistemas associados.

7.1.1.3. Continuidade do processo de implantação do CUSTOS/RS

O CUSTOS/RS já continha dados da Secretaria de Educação (SEDUC) desde julho de 2011 e dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE) desde 2012.

A partir de julho de 2013 passou a ter os dados da SEFAZ, dos Órgãos Centrais da Secretaria da Segurança Pública (SSP), do Instituto Geral de Perícias (IGP), da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Rio Grande do Sul (AGERGS), da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC) e da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Esses dados são provenientes dos três sistemas-fonte que hoje estão integrados ao CUSTOS/RS, a saber: RHE, SAM e IEF. Essa integração permite que sejam apurados custos com Pessoal, Consumo de Materiais e Serviços de Energia Elétrica e Água & Esgoto.

Considera-se implantado o CUSTOS/RS em um Órgão/Entidade quando completada a alocação de dados provenientes do RHE, SAM e IEF nas estruturas de centros de custos revisadas e homologadas e com a constituição e treinamento de seus respectivos Grupos Setoriais de Custos (GSC), capacitando-os a usarem o Cubo CUSTOS e elaborarem relatórios de informações gerenciais a partir destas informações.

Em 2013, a Divisão de Custos e Controles Especiais (DCC) realizou quatro treinamentos com GSC: no primeiro semestre foram treinados 15 servidores em dois cursos de 12 horas-aula; já no segundo, foram treinados 43

servidores em dois cursos de 12 horas-aula. Ainda, foi realizado treinamento especial para 19 técnicos do TCE/RS.

7.1.1.4. Desenvolvimento de ações de institucionalização do Sistema de Informações de Custos do Estado

Dentre as principais ações desenvolvidas no ano buscando a difusão do Sistema de Informações de Custos do Estado destacam-se o 2º Seminário de Informações de Custos na Administração Pública Estadual, para cerca de 400 servidores estaduais, que contou com a participação especial de convidados da União, do Município do Rio de Janeiro e do Estado da Bahia, que relataram o desenvolvimento dos sistemas de apuração de custos naqueles entes públicos.

Ainda nessa linha, com finalidade de compartilhamento de conhecimento sobre custos na administração pública, a DCC estabeleceu os seguintes intercâmbios:

a) visitas técnicas da Contadoria do Município de Capão da Canoa/RS, da Contadoria do Município de Novo Hamburgo/RS, da Contadoria do Município de Lajeado/RS e da SEFAZ do Estado do Espírito Santo;

b) Encontro do GEFIN – Porto Alegre/RS: desenvolvimento e Implantação do Sistema de Custos do Estado – CUSTOS/RS;

c) 47º Encontro Anual da ARTFAM – Tramandaí/RS: o Desafio de Desenvolver e Implantar um Sistema de Informações de Custos no Estado do Rio Grande do Sul, e

d) participação em dois Workshops do Conselho Regional de Contabilidade (CRC/RS) sobre Contabilidade do Setor Público – Porto Alegre/RS: concepção, desenvolvimento e implantação do Modelo de Informações de Custos no Estado.

7.1.1.5. Apresentação do Sistema de Custos

O Sistema de Informações de Custos do Estado foi apresentado a/ao(s):

a) Profissionais da Contabilidade

No mês de novembro, a equipe da DCC, representada pelos servidores José Sílvio Born, Eunice Michel da Silva e Fernando Rodrigues dos Santos, apresentou o Sistema de Informações de Custos do Estado aos profissionais da contabilidade especialmente dedicados à área pública. A apresentação ocorreu no Seminário de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do RS.

Na oportunidade, foram abordados temas como: a base legal, os conceitos estruturadores do sistema e as funcionalidades do DW, bem como as inúmeras possibilidades de consulta e construção de informações já disponíveis para os órgãos que cumpriram as etapas necessárias para dispor do acesso ao Custos/RS.

A participação da equipe da DCC em eventos está inserida na ação de compartilhamento de informações visando ao aperfeiçoamento do sistema de custos e de difusão da cultura de apuração e de análise de custos na Administração Pública Estadual.

b) Associação Brasileira de Municípios



A CAGE, por meio da DCC, recebeu a consultora Cátia Maria Fraguas Veiga, representante da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e

participante dos grupos técnicos GTCON e GTREL junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O objetivo do encontro foi difundir o Sistema de Custos e compartilhar conhecimentos visando ao desenvolvimento de uma cultura de apuração e de análise de custos na Administração Pública.

Na oportunidade foram apresentados os conceitos básicos sobre os quais foi desenvolvido o Sistema de Custos e feita uma demonstração do uso da ferramenta Data Warehouse para análise das informações de custos do Estado. Participaram da reunião, pela DCC, os servidores José Sílvio Born, Eunice Michel da Silva e Fernando Rodrigues dos Santos.

c) Tribunal de Contas do Estado (TCE)



A DCC apresentou o Sistema CUSTOS/RS ao Tribunal de Contas do Estado. Nas reuniões técnicas ocorridas nos dias 14 e 21 de março – com participação de 20 servidores daquele Tribunal – foram abordados os tópicos referentes a Custos na Administração Pública, Sistema CUSTOS/RS e Estruturas Hierárquicas de Centros de Custos.

d) Delegação do Estado de Pernambuco

No dia 3 de dezembro, a equipe da DCC esteve reunida com representantes do Estado de Pernambuco para apresentar o sistema Custos/RS. Participaram da reunião Stenio Luiz Libarros Melo Rios, coordenador do GT Custos do Estado de Pernambuco, Sandra Wanderley Lubambo, diretora de Informações Estratégicas da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco, e Neviton Borba de Andrade, gerente de Tecnologia de Informação da SEFAZ do Estado de Pernambuco.

Em sua explanação, o grupo da DCC enfatizou os aspectos legais e conceituais e as funcionalidades do sistema, oportunizando o compartilhamento de ideias e informações sobre metodologia de desenvolvimento e implantação, entre outros tópicos relacionados aos custos dos entes públicos. *“A delegação de Pernambuco revelou admiração e entusiasmo com o estágio atual do sistema de Custos do Estado do Rio Grande do Sul”*, comentou o servidor José Sílvia Born.

7.1.2. NBCASP

7.1.2.1. Implementação do novo Plano de Contas (NBCASP)

O novo Plano de Contas foi estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para ser utilizado por todos os entes da Federação, com vistas a viabilizar a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Além do RS, somente sete Estados conseguiram implantar esse novo Plano. Durante o exercício de 2013, esse projeto foi apresentado pela Divisão de Informação e Normatização Contábil em seminários e workshops promovidos pela STN, pelo CRC/RS e pelo Tesouro do Estado.

7.1.2.2. Balancetes com o novo Plano de Contas são disponibilizados na página da CAGE no site da Fazenda

Está disponível no item "Finanças Públicas em tempo real" da página da CAGE, no endereço eletrônico da Secretaria da Fazenda, a consulta ao Balancete Analítico e ao Balancete Sintético, ambos apresentados já de acordo com o novo Plano de Contas Aplicável ao Setor Público (PCASP) em uso no Estado. O ajuste no site faz parte das diversas tarefas necessárias para a adaptação da contabilidade do Estado ao novo Plano de Contas e resultou da ação conjunta da Divisão de Informação e Normatização Contábil, da Divisão de Tecnologia e Projetos e da PROCERGS.

Os ajustes decorrentes da implantação do novo PCASP ainda não findaram e serão implementados à medida que forem expedidas as normativas oriundas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

7.1.2.3. Relatórios e Demonstrações Contábeis

a) Elaboração e divulgação dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Elaboração e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de periodicidade bimestral, contendo balanço orçamentário, despesas por função e subfunção, receita corrente líquida, receitas e despesas previdenciárias, resultados nominal e primário, restos a pagar, despesas de capital em confronto com as receitas de operações de crédito, projeção atuarial do regime próprio de previdência dos servidores e demonstrativo da aplicação de recursos decorrentes da alienação de ativos.

Elaboração e divulgação do Relatório de Gestão Fiscal, de periodicidade quadrimestral, contendo comparativo dos montantes de despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito com os respectivos limites previstos na LRF, acrescido, no relatório do último quadrimestre, do montante das disponibilidades de caixa e da inscrição de despesas em Restos a Pagar.

b) Elaboração e divulgação dos demonstrativos das receitas e despesas vinculadas à manutenção e desenvolvimento da educação, bem como às ações e serviços públicos de saúde. Informações detalhadas acerca da execução orçamentária e financeira destas operações também foram preenchidas e transmitidas aos Ministérios da Educação e da Saúde, por meio dos Sistemas SIOPE e SIOPS, respectivamente.

c) Elaboração e remessa, à Secretaria do Tesouro Nacional, de diversos demonstrativos financeiros exigidos para fins de avaliação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado.

d) Elaboração e apresentação, ao Gabinete do Secretário da Fazenda, do Boletim Financeiro mensal, contendo a evolução dos principais agregados e indicadores fiscais do Setor Governamental do Estado.

e) Revisão e Reprogramação das Demonstrações Contábeis, estabelecidas na Lei Federal nº 4.320/1964, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.6 e com a Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Foram atualizados o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais, e programada a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

f) Elaboração da Prestação de Contas anual do Governador do Estado, contendo volume em que são analisados e interpretados o orçamento e a execução da receita e da despesa, a movimentação financeira, as participações societárias, os créditos e a dívida ativa, os passivos e a movimentação dos recursos vinculados.

A Prestação de Contas, comumente chamada de Balanço-Geral do Estado, possui ao todo 5 volumes, compreendendo:

- Balancetes e demonstrativos da Administração Direta
- Demonstrativos de despesa dos Órgãos da Administração Direta
- Balanços das Autarquias e Fundações
- Balanços das Estatais controladas pelo Estado
- Análise e interpretação dos resultados e Balanços consolidados do Setor Governamental do Estado.

7.1.2.4. Orientação Contábil

A Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) efetua atendimento permanente aos servidores e gestores financeiros da Administração Direta, das autarquias e das fundações estaduais, via contato telefônico, correio eletrônico, informações em expedientes administrativos e reuniões.

No exercício de 2013, passou a fazer uso da ferramenta TraceGP para controlar e otimizar o recebimento, a distribuição e o atendimento às consultas, tendo sido registradas e atendidas 308 demandas. Houve expressivo aumento das consultas, motivado, sobretudo, pela implementação do novo Plano de Contas da Federação. Já por meio de expediente administrativo, a DNC atendeu a 36 consultas.

Também foi efetuada a atualização permanente da classificação econômica da receita e da despesa orçamentárias, necessária ao seu registro, controle e evidenciação, bem como o estabelecimento de vínculo sistêmico entre contas correntes bancárias, receitas e despesas, necessário à verificação do cumprimento de dispositivo constitucional ou legal, bem como ao controle da aplicação dos recursos arrecadados por meio de contrato ou convênio.

7.1.2.5. Controle dos Recursos Vinculados

Mensalmente, as Seccionais da CAGE mantêm controle sobre os saldos e a movimentação dos recursos vinculados. São efetuadas conciliações bancárias de aproximadamente 700 contas correntes e verificações de saldo do potencial e de restos a pagar de mais de 300 recursos. Esta rotina proporciona o acompanhamento tempestivo da utilização e saldo dos recursos.

7.1.2.6. Controle da Execução Orçamentária

Em 2013, o Orçamento controlado totalizou R\$ 31 bilhões (base dezembro/2012), com exame tempestivo de 1.277 processos por dia, em média, atingindo 337.137 expedientes no ano.

7.2. Auditoria

7.2.1. Entrega das Tomadas de Contas de Gestão

Foram entregues 45 Tomadas de Contas de Gestão – Exercício 2012 – ao TCE/RS, no dia 14 de junho de 2013, 15 dias antes do prazo (30 de junho), conforme previsto no Planejamento Estratégico.

7.2.2. Acompanhamento da execução de Programas de Governo na Administração Direta

Foram realizados 84 trabalhos de fiscalização externa, ultrapassando o planejado, que era de 68. O valor total fiscalizado foi de aproximadamente R\$ 336,5 milhões, merecendo destaque os trabalhos de fiscalização de obras em escolas (25).

7.2.3. Execução de Auditorias de Acompanhamento na Administração Direta

No campo da auditoria, a DCD efetuou 40 trabalhos sendo 25 Comunicados, 9 Comunicados Orientativos, 5 Relatórios de Auditoria de Acompanhamento e 1 Relatório de Auditoria Especial.

7.2.4. Realização de Auditorias de Exercício na Administração Indireta

A Auditoria de Exercício consiste na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicos, quanto à legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

Os Relatórios e Pareceres da CAGE são enviados ao TCE/RS, subsidiando o julgamento da gestão dos Administradores Públicos.

A DCI efetuou 55 trabalhos de Auditoria de Exercício na Administração Indireta, sendo que a meta ideal prevista era de 47 auditorias.

Mereceram destaque os seguintes trabalhos:

- Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) – Exame do Convênio 2439/2012, firmado entre a METROPLAN e a Prefeitura Municipal de Morrinhos do Sul. O objeto da obra é a pavimentação com blocos de concreto da Rua Antônio Clemente Lumertz, no município de Morrinhos do Sul, em uma área de 7.000,00 m². A METROPLAN acolheu as recomendações do Comunicado, afirmando que os Administradores também verificaram a inobservância de critérios que pudessem amparar a decisão pelos investimentos realizados;
- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) – Entraves na Duplicação da Rodovia ERS 118. Durante a execução dos aterros do trecho do Km 11+300, constatamos a interferência de esgotos industriais emitidos, sem qualquer tratamento, no meio ambiente. O esgoto industrial, além de graves danos ao meio ambiente, como a contaminação do lençol freático, também pode danificar as estruturas de drenagem construídas. Sobre o apontamento, o DAER informou que o assunto já havia sido encaminhado à Diretoria de Gestão e Projetos – Coordenadoria Técnica de Meio Ambiente (CTMA) e, posteriormente, à Prefeitura Municipal de Gravataí para que fossem tomadas as devidas providências, e
- Fundação de Atendimento Sócioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE) – Condições Precárias do Almoxarifado Central. A FASE abriu expediente administrativo tratando sobre a adequação e elaboração de um Plano de Prevenção Contra Incêndio – PPCI específico em relação ao almoxarifado, vistoria e adequações dos problemas das instalações internas do mezanino e demais apontamentos efetuados pela CAGE.

7.2.5. Delegação da CAGE Junto ao IPERGS

A Delegação da CAGE junto ao IPERGS realiza atividades de controle prévio e concomitante em relação aos atos de gestão da Autarquia. Neste contexto, foi prevista a emissão de dois Comunicados de Exercício para 2013, além das Informações que se fizessem necessárias em função do trâmite de expedientes administrativos, assim como dos Comunicados Orientativos considerados pertinentes em função de determinada situação evidenciada.

Foram emitidos 1 Relatório de Exercício, 35 Informações e 4 Comunicados Orientativos.

Além disso, foram realizadas atividades de orientação aos Gestores e servidores do IPERGS. Dentre os diversos assuntos tratados, vale destacar os controles e auditorias desenvolvidos em relação à situação financeira do IPE-Saúde, ao Projeto Conciliação do IPE-Saúde, à Política de Investimentos do IPE-Previdência e aos pensionistas do Regime Próprio de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Cabe destacar, ainda, o trabalho realizado sobre o Projeto Qualificação da Gestão Previdenciária do Estado do Rio Grande do Sul com recursos oriundos do Contrato de Empréstimo com o Banco Mundial, integrante do “Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul”. Houve ativa participação da Delegação no acompanhamento dos trabalhos relativos ao concurso público realizado em 2013 para o preenchimento de vagas em cargos do quadro de servidores do IPERGS. Foi efetuada auditoria de cruzamento de dados entre os Sistemas API, SISOBI, SCO e SBI.

7.2.6. Auditoria nas Grandes Estatais

Em 2011 a CAGE reiniciou os trabalhos de auditoria nas grandes estatais. As primeiras Companhias a serem visitadas foram a Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Em 2013 foram realizados 4 trabalhos na CORSAN e 1 na CEEE.

7.2.7. Auditoria de TI

Multiplica-se a utilização de sistemas e bancos de dados na estrutura de gerenciamento do Estado. Diante dessa realidade, torna-se imperioso que o Órgão de Controle Interno do Estado realize análises voltadas à Auditoria da Tecnologia da Informação – TI, nos Órgãos e Entidades.

Em 2013, foram realizadas Auditorias de TI no DETRAN/RS e no IPERGS – Auditoria de Dados – consiste em técnicas e ferramentas que dão suporte à manipulação e ao cruzamento de grandes quantidades de informações, podendo revelar inconsistências e indícios de irregularidades e até mesmo fraudes.

7.2.8. Auditoria de Programas de Governo

Auditoria em Programas/Projetos de Governo consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da Administração Pública, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a Administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.

Em 2013, foi realizada uma Auditoria de Programa de Governo na FASE.

7.2.9. Redução nos estoques de prestações de contas

No controle das prestações de contas (PCT) encaminhadas pelos órgãos, as Seccionais da CAGE conseguiram um excelente desempenho efetuando a baixa de 184.621 processos de PCT atingindo um percentual de 99,29%.

7.2.10. Fiscalização da CAGE na EXPOINTER



Contando com a efetiva participação do seu quadro técnico, a DCD desenvolveu – no período de 27 a 30 de agosto – diversos trabalhos de fiscalização durante a realização da EXPOINTER 2013.

As fiscalizações tiveram por objetivo verificar e garantir a correta execução de 16 dos contratos firmados entre a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA) e as empresas contratadas. Somados, os contratos fiscalizados alcançam o valor aproximado de R\$ 4,9 milhões e possuem objetos diversos de vital importância para o bom andamento do evento.

Dentre os contratos, destacam-se os de limpeza predial e urbana, de segurança e de locação de equipamentos e materiais. Também foi fiscalizada a permissão de uso para instalação do parque de diversões, que gera uma receita para o Estado de R\$ 96.400,00.

Para esse trabalho, a DCD contou com a participação voluntária de 29 servidores – entre Auditores do Estado, Agentes Fiscais do Tesouro do Estado e Técnicos do Tesouro do Estado – divididos em 11 equipes de trabalho, além de uma equipe-base permanente, localizada no prédio administrativo do PEEAB, sempre pronta para apoiar o trabalho das equipes, bem como recepcionar eventuais denúncias.

7.3. Orientação

7.3.1. Elaboração diária da edição do CAGE NEWS – Informativo da CAGE

Diariamente, a Divisão de Estudos e Orientação (DEO) elabora e envia o Boletim CAGE NEWS – Informativo da CAGE contemplando matérias relacionadas à administração pública, enviado por meio eletrônico para mais de 1.400 pessoas cadastradas, cuja finalidade é manter os servidores e agentes públicos atualizados quanto à legislação e aos assuntos pertinentes ao controle interno. No ano de 2013 foram editados e remetidos 270 informativos CAGE NEWS.

Em pesquisa organizacional realizada na SEFAZ, ficou comprovado que a maioria dos entrevistados declararam que leem o editorial diariamente, por auxiliar no desenvolvimento das tarefas rotineiras.

7.3.2. Expedição de Informações com a posição institucional da CAGE

Foram expedidas 99 Informações contendo a posição institucional da CAGE sobre os diversos assuntos pertinentes às consultas realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

As orientações emitidas pela DEO, por meio de suas Informações, tiveram como resultado positivo evitar a realização de ações por parte dos gestores públicos em desacordo com as normas que regem a Administração Pública, bem como coibir o desperdício de recursos públicos.

7.3.3. Remessa mensal de ementas das Informações CAGE/DEO

A disponibilização mensal, por meio eletrônico, das ementas das informações elaboradas pela DEO no mês imediatamente anterior, aos seus servidores e aos gestores dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, reduziu o número de consultas à Divisão, na medida em que servem de orientação para assuntos semelhantes.

7.3.4. Sistema de Informações da CAGE – SINCAGE



O SINCAGE é uma ferramenta de apoio para consulta ao banco de dados da legislação estadual atualizada e consolidada, e dos atos expedidos pela CAGE referentes ao controle interno. Possibilita que servidores e gestores da Administração Pública Estadual possam solucionar de maneira rápida questões relacionadas ao dia a dia evitando, assim, a realização de consultas formais que sempre demandam um tempo maior para respostas.

No ano de 2013 foram inseridos no SINCAGE, pela equipe da DEO, 4.290 documentos relativos à legislação estadual atinente ao controle interno, atualizados e consolidados.

A DEO realizou, também, 17 visitas técnicas às Seccionais da CAGE e à DCI, com o intuito de divulgar o SINCAGE aos servidores daqueles setores, bem como fomentar o uso do Sistema e demonstrar novas funcionalidades, que foram implementadas durante o ano. Estas visitas, realizadas ao longo do exercício pelos servidores Diego Degrazia da Silveira, Nikolas Lippmann Pareschi, Antonello Luis Di Chiara e Paulo Ricardo Abade Montenegro, serviram, outrossim, para um *feedback* da utilização do SINCAGE pelos servidores da CAGE, bem como para receber sugestões de melhorias ao Sistema, algumas das quais já foram implementadas pela Supervisão de Tecnologia da Informação (STI).

7.3.5. Instruções Normativas expedidas pela CAGE

A CAGE, como órgão central de controle interno, expediu os normativos a seguir relacionados:

IN	Data	Ementa
01	15.03.13	Dispõe sobre contratação, execução e fiscalização de Obras Públicas no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.
02	08.08.13	Dispõe sobre o pagamento de despesas com recursos de convênios recebidos da União Federal no Sistema SICONV.
03	25.09.13	Prorroga o prazo fixado no art. 6º da Instrução Normativa CAGE nº 02, de 13 de junho de 2012, que dispõe sobre a reavaliação dos bens imóveis do Estado.
04	06.11.13	Dispõe sobre procedimentos contábeis para o registro das contribuições e transferências financeiras devidas ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS) e ao Fundo de Assistência à Saúde (FAS/RS), e dá outras providências.
05	08.11.13	Dispõe sobre o módulo Integração Estado Fornecedor (IEF), instituído junto ao Sistema Finanças Públicas do Estado (FPE), que visa ao aperfeiçoamento da gestão e do controle sobre os serviços prestados pelos fornecedores ao Estado do Rio Grande do Sul.
06	08.11.13	Altera a Instrução Normativa CAGE nº 02, de 12 de dezembro de 2007, que dispõe sobre documentos de caixa.

7.3.6. Lançamento do Guia de Orientação ao Gestor Público – Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)



Na solenidade de assinatura do Decreto de modernização da CAGE, realizada no dia 8 de fevereiro na presença do Governador do Estado, Tarso Genro, a CAGE lançou o Guia de Orientação ao Gestor Público – Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). O Guia trata do novo regime de

licitação e contratação, que visa a ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes, promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público, incentivar a inovação tecnológica, além de assegurar tratamento isonômico entre os licitantes.

Foi destacado pelo Contador e Auditor-Geral do Estado que “A CAGE, no seu papel de órgão orientador das boas práticas de gestão, elaborou e está disponibilizando aos gestores estaduais um Guia que orienta a respeito das regras, vantagens, aplicabilidade e demais aspectos importantes do RDC. No ano em que a Subsecretaria comemora seu 65º aniversário, os dois fatos merecem destaque pela sua importância para o sistema de controle interno e para a Administração Pública Estadual”.

O Guia foi entregue a todos os gestores da Administração Pública Estadual e disponibilizado para download no Portal de Legislação da Secretaria da Fazenda, no endereço eletrônico <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br>.

Mediante o uso de instrumentos de orientação preventiva, dos quais esse Guia é um exemplo, a CAGE vem envidando esforços no sentido de viabilizar a necessária e efetiva cooperação junto aos gestores públicos, buscando, assim, o aumento da eficiência e da eficácia da gestão pública estadual.

7.3.7. Capacitação para uso da ferramenta Prestação de Contas do FPE



A Divisão de Tecnologia e Projetos (DTP) capacitou servidores da SEDUC e servidores da CAGE, que trabalharão no projeto piloto da nova ferramenta do sistema Finanças Públicas do Estado (FPE) – Prestação de

Contas das Escolas. A funcionalidade permitirá um melhor gerenciamento dos recursos que a SEDUC repassa quadrimestralmente às escolas estaduais. Esses valores são utilizados em planos de aplicação desenvolvidos pelos diretores das escolas e aprovados pelo Conselho Escolar e pela Coordenadoria da Educação.

“A nova transação de Prestação de Contas, que foi integrada com a Execução da Despesa no FPE e com o sistema SIE da SEDUC, proporcionará um maior controle sobre os recursos distribuídos e promoverá transparência sobre os planos que começarão a ser elaborados diretamente dentro no sistema, seguindo o fluxo programado no FPE”, explicou o servidor Fábio Ferry, que, juntamente com Dioni Irani Cunha, ministrou o treinamento. O curso ocorreu no laboratório de informática da SEFAZ.

7.3.8. Capacitação para o uso do módulo Súmula de Contratos do FPE

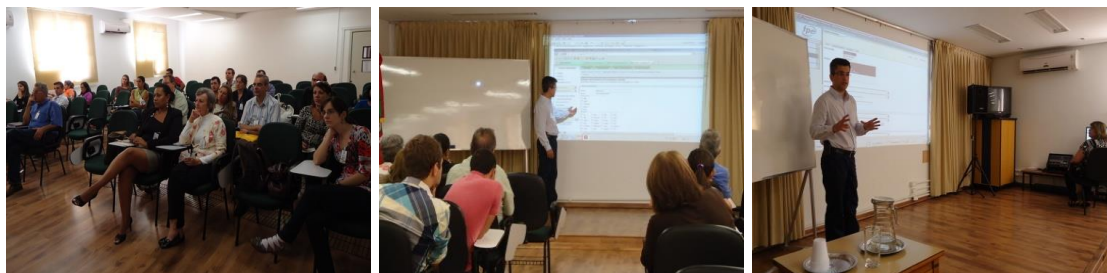


Iniciou, no dia 26 de fevereiro, o treinamento para utilização do módulo Súmula de Contrato, que passou a integrar o sistema FPE no mês de março. O treinamento foi ministrado pelos servidores Paulo Ricardo Mahler, Felipe Pavlak e Elinton Alves Correia, da DTP, com apoio da Escola Fazendária, tendo como público alvo servidores da Administração Direta e Indireta do Estado.

O novo módulo permite o cadastramento das súmulas de todos os contratos firmados pela Administração Pública Estadual. Após serem registradas no sistema, as súmulas de contratos são automaticamente direcionadas para publicação no Diário Oficial do Estado, usando como integração o Sistema de Gerenciamento de Matérias (SGM). Entre as

vantagens da nova funcionalidade estão a padronização dos dados cadastrados e o aumento da transparência, uma vez que as informações do módulo são divulgadas nos Portais de Transparência e de Acesso à Informação.

7.3.9. Treinamento sobre o módulo Integração Estado-Fornecedor (IEF)



Servidores de dez diferentes instituições estaduais foram capacitados pela CAGE, no dia 22 de março, para a utilização do módulo Integração Estado-Fornecedor (IEF), disponível no sistema FPE desde 2009. O curso, ministrado pelos servidores Fernando Pessanha Nogueira Júnior, da DTP, e Liege Munhós de Campos, da DCD, ocorreu no Auditório da SEFAZ e teve por objetivo informar aos servidores os benefícios da ferramenta, as novas atividades que terão de ser por eles implementadas e os fornecedores já cadastrados no módulo.

O IEF destina-se a promover o ateste digital das faturas de água e energia. Os dados das faturas vêm diretamente do fornecedor, de forma eletrônica, tendo garantida sua integridade, e são disponibilizados no IEF. Através do ateste dos mesmos, o processo de liquidação pode ser iniciado. Essa nova rotina traz como benefícios a descentralização e a segregação de funções, a transparência, a agilidade, a simplicidade e a eficiência com relação ao procedimento anterior, que dependia de várias etapas manuais, além de gastos com cópias e malotes.

Participaram do treinamento mais de 20 alunos da CIENTEC, FEPPS, DETRAN, METROPLAN, SJDH, FADERS, FOSPA, SARH, MP e IPERGS.

7.3.10. Realização do 5º Seminário de Orientação ao Gestor Público



Centenas de lideranças da Administração do Estado compareceram ao Hotel Embaixador de Porto Alegre no dia 20 de março para participar do 5º Seminário de Orientação ao Gestor Público, realizado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. Dessa vez, o tema central foi o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que passou a ser adotado no âmbito estadual em 2013, buscando a modernização, a agilidade e a maior eficiência do processo licitatório.

Já na abertura do evento, o Contador e Auditor-Geral do Estado destacou a complexidade e a relevância do assunto e demonstrou satisfação em perceber que os servidores estão buscando compreender e aplicar procedimentos de aprimoramento da gestão: *“O RDC é um tema instigante e novo e nos honra ver que temos um quadro de servidores interessados em buscar melhorias para o Estado”*, disse ele. O Secretário da Fazenda Adjunto, André Luiz Barreto de Paiva Filho, prestigiou o seminário e mencionou a importância do mesmo: *“O Seminário da CAGE se consolida no calendário e a CAGE reforça o seu papel orientador, permitindo que o servidor esteja munido de elementos para levar adiante suas atribuições no dia a dia”*. Paiva também expressou suas expectativas sobre o RDC: *“O RDC está em experimento, como um balão de ensaio, que esperamos que se converta em um novo modelo definitivo de compras”*.

O Procurador Federal Rui Magalhães Piscitelli, um dos maiores especialistas nacionais em RDC, foi quem ministrou a palestra magna. O palestrante já exerceu diversas funções de direção jurídica e atualmente é o coordenador nacional junto à Procuradoria-Geral Federal do Grupo de Trabalho de Convênios e Demais Ajustes da Administração Pública. Ele falou à plateia sobre "O Novo Direito Administrativo e Particularidades do Novo Regime

Diferenciado de Contratações Públicas". A exposição subsidiou, na sequência, um debate com as presenças de Vera Rejane Goulart Gonçalves (CAGE), Marlise Fischer Gehres (PGE), Fernanda Nunes (TCE/RS) e Nizani Rita Palha Bonamigo Marquez Torres (CELIC), disponibilizando espaço para perguntas e respostas sobre as principais dúvidas do público.

Esta iniciativa da CAGE, iniciada em 2011, tem se repetido semestralmente, sempre buscando distintas abordagens que contribuam para a orientação prévia aos servidores e gestores estaduais. A 5ª edição foi alusiva aos 65 anos da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, e também marcou o lançamento oficial do Newsletter da DEO, que, conforme explicou o Contador e Auditor-Geral do Estado, *“é um serviço que a CAGE oferece através de uma ferramenta em que as pessoas se cadastram e recebem diariamente informações da administração e gestão estadual”*.

7.3.11. Treinamento em EAD

No primeiro semestre de 2013, cerca de 90 servidores de diversos órgãos e secretarias estaduais receberam certificação da Escola Fazendária pela participação em dois cursos a distância (EAD).

No dia 8 de abril, 57 servidores encerraram a terceira turma do curso DW – Informações Gerenciais, com tutoria de Fábio Ferry, da DTP. O curso de 10 horas teve como objetivo apresentar a ferramenta DW e, por meio de exemplos de consultas no sistema FPE, tornar os alunos aptos a usá-la.

No mesmo mês, iniciou a segunda turma do curso EAD Controle de Bens Públicos. Outros 30 servidores estaduais fizeram o curso de 20 horas, sob a tutoria de Anelise Meira dos Santos, da Seccional da CAGE XV, junto à CELIC. O objetivo foi conscientizar gestores e servidores sobre as responsabilidades relativas ao controle dos bens públicos.

7.3.12. Curso sobre contrato de locações de imóveis



Durante o mês de maio, DTP, em parceria com a Escola Fazendária, promoveu treinamento sobre o submódulo Locações de Imóveis, incluído no sistema FPE. O curso, ministrado pelos servidores Alexandre Husek de Freitas, Élinton Alves Correia e Felipe Pavlak, ocorreu no laboratório de informática da SEFAZ, contando com presença de cerca de 80 servidores de 44 órgãos e entidades do Estado. O objetivo da capacitação, replicada para quatro diferentes turmas, foi ensinar aos alunos sobre o cadastramento de contratos de locações no sistema, a fim de trazer maior padronização e transparência.

Conforme justificou o instrutor Felipe Pavlak, este treinamento é importante para que todos os contratos que o Estado firma como locatário possam ser divulgados no Portal Transparência RS, atendendo às exigências da Lei de Acesso à Informação. *"A ferramenta disponibiliza ao público dados antes guardados em gavetas, o que é bom tanto para os cidadãos, que podem acompanhar os gastos do Estado com locações, quanto para os gestores, que passam a ter maior controle para administrar os contratos"*. Outra vantagem do submódulo é a integração com o Sistema de Gerenciamento de Matérias (SGM). Toda vez que um contrato de locação é cadastrado, uma súmula é automaticamente gerada e vai para o SGM, sistema pelo qual devem passar todas as informações a serem publicadas no Diário Oficial do Estado.

O submódulo Locações de Imóveis integra o módulo Contratos, da mesma forma que os submódulos para cadastramento de súmulas e de serviços de terceiros. Segundo os servidores da DTP, também está sendo desenvolvido o submódulo em que serão cadastrados os contratos de obras.

7.3.13. Lançamento da 3ª Edição do Manual do Gestor Público na Feira do Livro de Porto Alegre



Foi lançada, no dia 13 de novembro, na Praça de Autógrafos da 59ª Feira do Livro de Porto Alegre, a terceira edição do Manual do Gestor Público, comemorativa aos 65 anos da CAGE. Composto de 29 capítulos, esta edição foi revista e atualizada, contemplando temas como o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), a Lei de Acesso à Informação (LAI), a Cotação Eletrônica e o Registro de Preços.

A obra foi autografada por sua coordenadora, Lorena Elisabete Dias da Silva, Chefe da DEO, que dedicou o Manual aos servidores da CAGE que voluntariamente contribuíram para a elaboração e redação dos textos que compõem o livro, destacando que: *"Sem a dedicação desses colegas, não seria possível a construção de um trabalho dessa magnitude e importância"*.

Para o Contador e Auditor-Geral do Estado, *"o diferencial da obra está na abordagem prática dos textos, decifrando os termos técnicos e apresentando um conteúdo de fácil entendimento, vindo a ser uma fonte de consulta e orientação aos gestores para a tomada de decisões no trato das finanças públicas"*.

7.3.14. Realização do 6º Seminário de Orientação ao Gestor Público



No dia 20 de novembro ocorreu o 6º Seminário de Orientação ao Gestor Público e o II Seminário de Custos do Estado, realizado com a finalidade de apresentar, aos interessados, casos de desenvolvimento, implantação de sistemas e utilização de informações de custos no setor público. A lotação do auditório do Hotel Embaixador (Porto Alegre), de 400 lugares, evidenciou o interesse e a importância do tema.

O evento começou com a palestra de Nelson Machado, Doutor em Contabilidade Pública, que explanou sobre um modelo teórico de apuração e evidenciação de custos, objeto de sua tese de doutorado. Na sequência, os servidores Luiz César de Souza Ribeiro e José Sílvio Born, da DCC, apresentaram o Sistema de Custos do Rio Grande do Sul, concepção metodológica e caso de uso, demonstrando em tempo real, com o acesso ao sistema, a construção de informações gerenciais.

No turno da tarde, Rosilene Souza, coordenadora de Gestão Fiscal e Custos da União, abordou o sistema de custos da União, especialmente os desafios de desenvolvimento. Dando continuidade, Itamar Araújo Gomes Júnior, gestor do Sistema de Apropriação de Custos Públicos do Estado da Bahia, expôs as principais funcionalidades do sistema informatizado e desafios de uso. Finalizando a temática técnica, Raimundo dos Santos, representando o município do Rio de Janeiro, apresentou o sistema de custos da prefeitura carioca e os desafios de sua manutenção e desenvolvimento na construção de informações gerenciais.

Ao final do evento, o Adjunto da CAGE, Antonio Valcir Capa, apresentou as orientações sobre o encerramento do exercício de 2013.

7.3.15. Publicação do Guia de Orientação ao Gestor Público – Eleições 2014

A DEO elaborou o Guia de Orientação ao Gestor Público para as eleições de 2014, período no qual vigoram normas restritivas à atividade administrativa, sendo abordadas as principais vedações incidentes no período eleitoral. Foram impressos 1.900 exemplares do Guia de Orientação ao Gestor Público – Eleições 2014 para distribuição aos órgãos e entidades da administração pública estadual.

7.3.16. Participação em Congresso promovido pela Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Bombeiros Militares (ABSPMBM)

Nos dias 13 a 15 de junho, foi realizado o XII Congresso da Academia Nacional de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares do Brasil e o XIX Congresso da Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Bombeiros Militares, promovido pela ABSPMBM, em Canela/RS.

O servidor Alberto Araguaci da Silva, da DCD, participou do evento e palestrou sobre "Fiscalização de Convênios" durante a programação do dia 13.

7.3.17. Treinamento para uso do módulo IEF

No dia 22 de agosto, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) recebeu treinamento para o uso do módulo Integração Estado Fornecedor – IEF ministrado pelos servidores Liege Munhós de Campos e Elder Barros Barbosa, da DCD.

A SDR é a 47ª unidade (entre Órgãos e Entidades) a receber instruções para o uso desta importante ferramenta de controle e gestão.

O IEF permite o recebimento por arquivo de todas as faturas dos grandes fornecedores de água e luz, bem como a conferência pelo responsável do Órgão, no local do consumo, para ateste da despesa pública. Este fato já trouxe economia aos cofres públicos, além de proporcionar o controle das

instalações pertencentes ao Estado. A inserção do documento, para fins de liquidação da despesa, ocorre de forma automática, evitando-se erros e fraudes.

7.3.18. Assessoramento às Entidades da Administração Indireta

A CAGE tem como atribuição legal orientar e fiscalizar os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual. Portanto, tem investido cada vez mais em horas de trabalho voltadas à assessoria do Gestor público. A orientação prévia propicia ao gestor informações que o auxiliam na correta tomada de decisão. Em 2013, foram 103 atendimentos perfazendo 2.745 horas.

7.4. Portal Transparência do Estado

7.4.1. Portal Transparência RS

O *site* de transparência foi projeto pioneiro e possui dados da execução orçamentária não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas), do Poder Judiciário (Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar) e do Ministério Público. Constan no site dados extraídos do FPE e *links* com outras fontes.

Para disponibilização dos dados do Portal, há um banco de dados interno com cerca de 50 Gb e que possui atualmente 33.144.871 transações de despesa, cerca de 22.000 convênios e de 2.500.000 registros de uso de diárias e meia diárias, ajudas de custo e autorizações de afastamento, além de dados de receita. Possui 141 arquivos em dados abertos para *download* em endereço fixo, com tamanho compactado de 2,5 Gb em arquivos formato CSV.

7.4.2. Pesquisa sobre o Portal Transparência RS

Uma pesquisa realizada por estudantes do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital da Universidade Federal da Bahia

(CEADD/UFBA) considerou o Rio Grande do Sul o Estado mais 'transparente' do Brasil, na comparação com as outras unidades da federação analisadas.

Os doutorandos em comunicação e cultura contemporâneas, Maria Paula Almada e Rodrigo Carreiro, estudaram a disponibilização de informações na rede de forma compreensível e com acesso fácil.

O Portal Transparência do Estado do Rio Grande do Sul foi o que ofereceu informações de relevância de forma mais clara e eficaz, atingindo 89,4% de dados completos e inteligíveis, segundo o estudo. São Paulo vem em segundo lugar, com 78,9%.

A pesquisa analisou a qualidade das informações relacionadas às ações e despesas dos governos estaduais no portal de transparência e sobre como é feita a divulgação dos dados e informações relativas à execução orçamentária e financeira dos programas de governo e dos órgãos e entidades da administração pública estadual.

Foram avaliados os portais de transparência dos Estados que apresentaram maior PIB por região: São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e Pará.

7.4.3. Acessos ao Portal Transparência RS

Durante o ano de 2013, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado registrou um aumento expressivo no número de acessos ao Portal Transparência RS. De janeiro a dezembro de 2013 foram registrados 369.201 acessos, um aumento de quase 78% em relação ao ano de 2012, quando o número de visitas foi de 207.533. Isto corresponde a mais de 2,4 milhões de visualizações às páginas internas do *site*.

O mês com o maior número de acessos foi dezembro, com 49.050 visitas. Em relação ao mesmo período de 2012, ocorreu um aumento de 194%.

Interessante observar que o aumento de acessos no primeiro semestre de 2013, em relação a igual período de 2012, foi de 77%, praticamente igual ao verificado no segundo semestre: 78%.

A mesma relação apresenta-se quando se compara os dois semestres dentro do mesmo exercício: enquanto em 2012 o aumento de

acessos do segundo para o primeiro semestre foi de 54%, a diferença entre os mesmos períodos de 2013 foi de 55%.

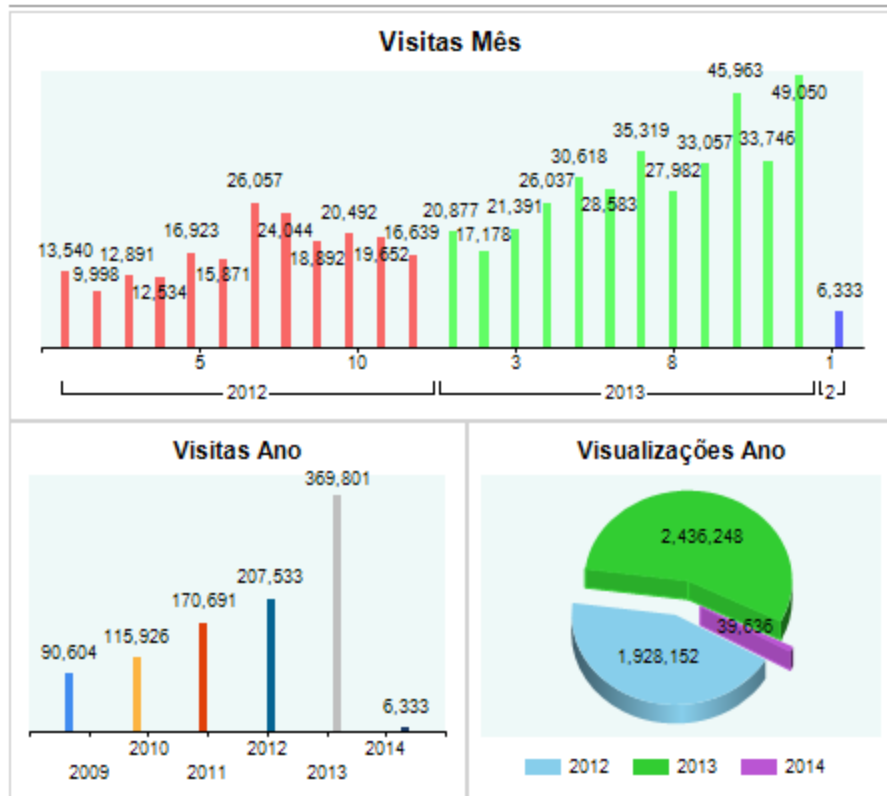
Esse comportamento, de aumento de acessos de 2013 para 2012 e dos segundos semestres em relação aos primeiros, permite duas constatações:

1º – aumento do interesse dos cidadãos pela transparência no uso dos recursos públicos, e

2º – aumento de acessos no segundo semestre, possivelmente causado por consultas realizadas por gestores e servidores públicos estaduais e municipais envolvidos nas áreas de orçamento e finanças. Como o Portal permite obter várias informações sobre repasses de recursos e outros pagamentos realizados pelo Governo Estadual, aumenta a demanda por essas informações durante o período de fechamento de contas.

De acordo com o Contador e Auditor-Geral do Estado, o Portal cumpre a missão de informar com simplicidade aos cidadãos a respeito de temas complexos sobre o uso dos recursos públicos, de modo que estes possam cada vez mais exercer o seu papel de controle social. E anunciou para breve mais novidades no Portal, com a publicação de informações sobre Contratos de Locação de Bens Imóveis, Obras e Serviços de Engenharia, Fornecimento de Bens e Contratos de Serviços de Terceiros.

Na imagem a seguir, é apresentada a evolução dos acessos, mês a mês, durante os anos de 2012 e 2013.



7.5. Benefícios Gerados

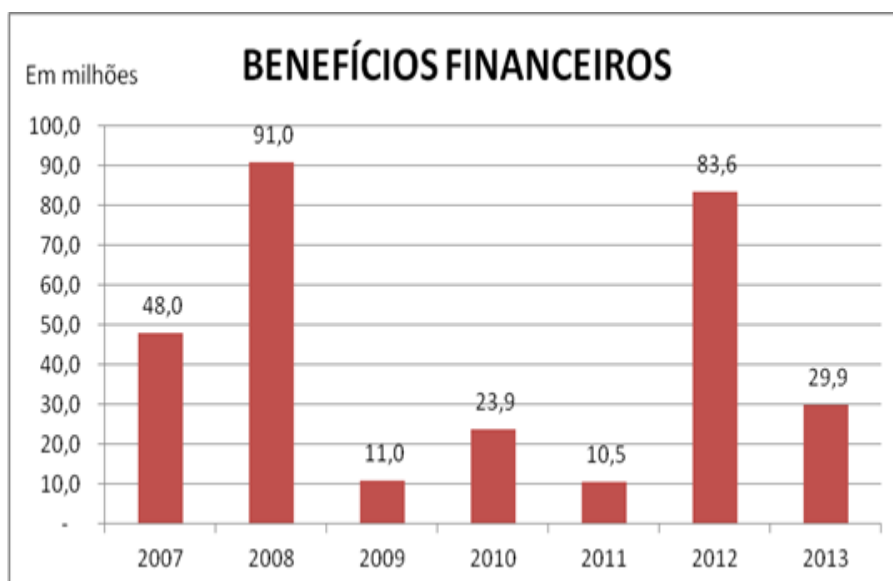
As ações de controle interno e de orientação desenvolvidas pelos servidores da CAGE geraram impactos positivos na gestão pública, representados por benefícios financeiros e não-financeiros provenientes de ressarcimentos oriundos de sua atuação, do impedimento de realização de despesas irregulares e do acolhimento de recomendações.

7.5.1. Benefícios Financeiros

Por meio das atividades implementadas por suas Seccionais, a DCD gerou para o Estado benefícios da ordem de R\$ 21.264.041,95.

Já a DCI atingiu o montante de R\$ 8.661.507,00, distribuído da seguinte forma: IPERGS – R\$ 2.774.790,00, DAER – R\$ 2.548.533,00, FEPPS – R\$ 240.444,00, EGR – R\$ 3.053.197,00 e METROPLAN – R\$ 44.543,00.

Em 2013, houve uma evolução significativa, com a utilização do SISPLAN, quanto à identificação dos benefícios financeiros, cujo total foi de R\$ 29.925.548,95.



7.5.1.1. Recomendação da CAGE gerou benefício ao Estado

A recomendação da CAGE, por meio da Informação CAGE/DCI 033/2012, proporcionou um benefício de R\$ 1,46 milhão, conforme orçamento da AGERGS, pois a Autarquia, em vez de contratar novamente uma Consultoria para execução de serviços técnicos relacionados às rodovias pedagiadas, está utilizando o trabalho já contratado pelo DAER através do Consórcio Dynatest-SD Consultoria Engenharia Ltda.

A utilização do trabalho em andamento, além do benefício, proporcionou agilidade na solução do problema, em razão do curto espaço de tempo que restava até o término do primeiro contrato de concessão (março/2013).

7.5.1.2. Atuação conjunta de Divisões da CAGE



No mês de setembro, a Seccional da CAGE VII, junto à SEAPA, registrou benefícios financeiros no valor de R\$ 427.000,00.

O histórico dessa conquista teve origem na EXPOINTER/2012, quando houve uma só contratação para os serviços de Bilheteria e de Controle de acesso e de emissão de ingressos por R\$ 2.090.000,00.

A equipe da CAGE, que fiscaliza o evento todos os anos, vislumbrou a possibilidade de desmembramento da contratação em duas, realizou estudo em parceria com a DEO e concluiu que esse desmembramento seria viável e vantajoso para o Estado. Em 2013, o resultado dessa atuação conjunta e coordenada da Seccional VII (SEAPA), da Seccional XV (CELIC) e da DEO concretizou-se.

Seguindo recomendação da CAGE, houve a separação desses serviços e, conseqüentemente, foram realizadas duas contratações com empresas diferentes. O serviço de bilheteria foi contratado por R\$ 793.000,00, e, por sua vez, o serviço de controle de acesso, por R\$ 870.000,00. Somadas, essas duas contratações totalizaram R\$ 1.663.000,00, proporcionando um saldo positivo de R\$ 427.000,00. Cabe destacar que o valor pago pelos serviços contratados aproxima-se do valor arrecadado pela bilheteria da Expointer/2013, em torno de R\$ 1.750.000,00 com a cobrança de ingressos e estacionamento de visitantes, o que reafirma a necessidade de vigilância do controle interno.

Fica assim comprovado que, por meio dos institutos do planejamento e da cooperação, a CAGE, mais uma vez, cumpriu sua missão de zelar pela boa e regular gestão dos recursos públicos.

7.5.1.3. Informação contendo recomendações da CAGE resultou em benefícios financeiros

A Informação CAGE/SCXV nº 0040/13, emitida pela Seccional da CAGE XV, junto à CELIC, resultou em benefícios da ordem de R\$ 2.175.885,20. Tratava-se da aquisição, mediante Pregão Eletrônico, de materiais asfálticos de interesse do DAER, em que foi calculado o Valor Máximo Aceitável – VUMA, com preço total de R\$ 37.422.107,79, sem considerar a isenção do ICMS. Tendo sido solicitado correção no orçamento, o preço baixou para R\$ 28.718.567,00. No cômputo do benefício foi excluída a parcela correspondente à participação do Estado.

7.5.2. Benefícios Não-Financeiros

O benefício não-financeiro é obtido, principalmente, pela melhoria gerencial, aperfeiçoamento dos controles internos e aprimoramento de normativos.

Neste sentido, pode-se citar a participação da DEO em Grupo de Trabalho com a finalidade de auxiliar na elaboração de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Fundo de Reforma do Estado os créditos e saldos dos recursos dos fundos ora extintos, de recursos vinculados, e dá outras providências.

7.6. Sistemas e Tecnologia da Informação

7.6.1. Decreto sobre o Módulo Contratos do Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

A CAGE elaborou a proposta de minuta do Decreto nº 50.152, de 14 de março de 2013, que dispõe sobre o Módulo Contratos do Sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE. O referido Decreto facilita o controle dos contratos através do sistema FPE, permite a publicação eletrônica das súmulas e propicia a transparência de todos os contratos celebrados pela Administração Direta, autarquias e fundações do Estado.

A norma determina que todas as súmulas dos novos contratos devem ser cadastradas no Módulo Contratos do sistema FPE. Após serem registradas no sistema, as súmulas serão automaticamente direcionadas para publicação no Diário Oficial do Estado, usando como integração o Sistema de Gerenciamento de Matérias (SGM). Entre as vantagens da nova funcionalidade está a padronização dos dados cadastrados.

Um dos objetivos é dar maior transparência aos contratos celebrados pela Administração Pública para aquisição de produtos, fornecimento de serviços, realização de obras e locação de bens móveis e imóveis, mediante a publicação dos dados dos contratos no Portal de Transparência.

7.6.2. Sistemas e Sites Gerenciados

A DTP é a gestora na CAGE dos sistemas AFE e FPE. Para dimensionamento do sistema, seguem alguns números e dados vinculados ao sistema FPE:

- sistema em desenvolvimento contínuo, manutenção corretiva e evolutiva desde 2002;
- o Sistema FPE e o FPE-DW são compartilhados entre o Tesouro do Estado e a CAGE, e
- possui 11 Módulos com gerenciamento/definições/uso por parte da CAGE: Administração de Materiais (SAM), Administração do Sistema, Contabilidade, Contabilidade de Custos, Contratos, Convênios e Contratos de Repasse, DIRF, Execução da Despesa, Infraestrutura, Integração Estado Fornecedor (IEF), Receita, FPE – DW – Informações Gerenciais.

Estes módulos são divididos em mais de 50 submódulos, e estes em centenas de outras telas de consulta, formulários de inclusão de dados e visões de dados do sistema.

Ainda para auxílio no dimensionamento do sistema gerenciado, no ano de 2012, foram registradas cerca de 4.200.000 transações da Execução da Despesa Orçamentária (exemplo: empenho, liquidação, retenção, pagamento) no sistema, para 63 diferentes órgãos e entidades, somando aproximadamente

R\$ 125 bilhões em movimento. No histórico *online* e acessível do sistema FPE, é possível consultar, então, mais de 40 milhões de transações. Estes dados são facilmente organizáveis em totais de soma, seleção e classificação detalhada pelo sistema FPE – DW – Informações Gerenciais.

Gerenciado pelo submódulo de Diárias, Ajuda de Custo e Autorização de Afastamento, no decorrer de 2004 até 2013, foram registradas no sistema FPE e pagas por ele diárias, meia diária, ajudas de custo e autorizações de afastamento, como segue:

Ano	Qtd Diária	Qtd Meia Diária	Vlr Pago (R\$ mil)
2004	872.000	245.737	56.131
2005	883.488	272.353	57.432
2006	862.247	250.397	52.216
2007	693.569	179.811	43.600
2008	707.714	218.437	46.148
2009	798.443	218.359	55.103
2010	850.043	248.075	71.622
2011	890.355	267.549	81.375
2012	1.007.485	311.330	121.718
2013	954.528	347.502	132.383
Total Geral	8.519.872	2.559.550	717.732

Após o lançamento do submódulo Súmulas de Contratos Administrativos, no decorrer do ano de 2013, foram incluídas no módulo e efetivamente publicadas no Diário Oficial do Estado por integração os seguintes quantitativos, conforme o tipo de contrato:

Tipo de Contrato Administrativo	Quantidade de Súmulas de Contrato
Obras e Serviços de Engenharia	360
Locações de Imóveis	31
Terceiros e Serviços	678
Fornecimento de Bens	813
TOTAL	1882

Além do quantitativo de contratos, acima, cabe observar que o módulo permite que sejam cadastrados o contrato original e cada um de seus

aditivos. A súmula dos aditivos também é enviada para publicação por integração.

No módulo é possível cadastrar ajustes onde o Estado seja conveniente ou concedente, de convênios que tenha transferência voluntária de valores, ou sem transferência de valores, ou os valores sejam transferidos por uma legislação específica e obrigatória de critério de distribuição, ou seja, são cadastrados até mesmo contratos de repasse. O módulo possui fluxo de trâmite para acompanhamento das etapas de avaliação e aprovação conforme definições em Instrução Normativa da CAGE, e atualmente possui as seguintes quantidades de convênios cadastradas nas diversas posições do Fluxo:

Situação do Convênio no Fluxo de andamento do Sistema	Quantidade de Convênios
Aprovado Juridicamente	223
Aprovado pela Casa Civil	92
Aprovado pela Seccional	302
Assinado	14.214
Competência Delegada	2.042
Extinto	74
Liberado para Assembleia Legislativa	2.727
Liberado para Casa Civil	1.895
Liberado para Seccional	458
Rejeitado pela Casa Civil	96
Rejeitado pela Seccional	138
Total Geral	22.261

No módulo Integração Estado Fornecedor (IEF), por exemplo, são incluídas mensalmente e atestadas individualmente pelos órgãos do Estado as quantidade de contas e valores por fornecedor, a seguir:

Contas Administradas pelo IEF		
Fornecedor	Quantidade	Valor (R\$ mil)
AES (Energia Elétrica)	589	429
CEEE (Energia Elétrica)	32	107
CORSAN (Água e Esgoto)	1146	1.500
DMAE (Água e Esgoto)	414	2.500
RGE (Energia Elétrica)	638	360
Total:	2.819	4.896
Competência 10/2013		

O FPE e o FPE-DW possuem cerca de 12.000 usuários cadastrados com permissão de acesso ao sistema, sendo que o controle de acesso é definido por classes e por tipo de ação e também por quais dados podem ser acessados e os que podem ser atualizados, incluídos ou excluídos.

7.6.3. Melhorias em sistemas, Projetos em Andamento, Impacto Qualitativo

No atendimento de suas competências para aperfeiçoamento dos sistemas de contabilidade, controle e gestão do Estado, gerenciados pela CAGE, a DTP recebe inúmeras solicitações de implementação e/ou de melhoria, de adaptações e de modificações de sistemas e módulos.

A seguir algumas das principais demandas atendidas em 2013:

1. Integração da Solicitação de Compra com o Documento Credor para a execução da Despesa;
2. Módulo de Convênios: nova versão para prorrogação *ex officio* dos convênios por parte dos Ordenadores e uma segunda versão agregando a ferramenta Tipos de Alteração no Aditivo;
3. Projeto preliminar do módulo Contas a Receber (NBCASP);
4. Cadastro automático de operadores;
5. Projeto preliminar do módulo Automação do Cadastro de Ordenadores de Despesa;

6. Execução da Despesa versão 1 da Migração da CTS – Geração do arquivo da GFIP, a partir do FPE;

7. Início da implantação da Prestação de Contas das Escolas – Gestão Democrática do Ensino, Merenda Escolar – por sistema na SEDUC (PCT-SEDUC);

8. FPE-DW – Sistema de Informações Gerenciais – Criados os Cubos do módulo Integração Estado Fornecedor (Cubos IEF) e do módulo de Administração de Materiais – Almoxarifado (Cubo SAM);

9. Integração da Execução da Despesa e módulo Contratos do FPE com o Sistema de Dívida Pública do Tesouro do Estado do RS (SDP);

10. Implantação de nova versão 1.3 NET do sistema de Integração Estado Fornecedor (IEF);

11. Implementação dos Submódulos Súmulas dos Contratos e Locações de Imóveis integrados ao Sistema de Gerenciamento de Matérias (SGM) da Secretaria de Administração e Recursos Humanos (SARH);

12. Implantação da fase 2 do módulo DIRF no FPE, integrando com o RHE;

13. Implantação do Tipo de Empenho PRECATÓRIO / RPV;

14. Implantação de melhorias no Site de Transparência do Estado – Dados Abertos mais detalhados e completos, e

15. Desenvolvimento de melhorias no Site de Transparência do Estado – Relatórios de Auditoria e Dados de Contratos Administrativos.

7.7. Outras Ações

7.7.1. Manuais de Procedimentos da DCD

No ano de 2013 foram produzidos 10 manuais de procedimentos de rotinas de trabalho, com o objetivo de padronizar a atuação das Seccionais, abordando Adiantamentos, Ajuda de Custo, Convênios, Diárias, Fornecedores, Fundos e Recursos Vinculados, Licitações, Obras, Retenções e Serviços.

7.7.2. Participação em Grupos de Trabalho

A participação de servidores da CAGE em Grupos de Trabalho (GT) vem apresentando resultados positivos, tendo em vista a qualificação de seu corpo técnico, o que contribui para a orientação preventiva de servidores e de gestores públicos quanto ao cumprimento das normas que regem as ações na administração pública estadual e a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

No ano de 2013 os servidores da CAGE participaram de GTs constituídos para:

a) Atualização e alteração do Decreto nº 35.994/1995, que instituiu os modelos padrões de editais de licitação e de termos de contratos no âmbito da Administração Pública Estadual;

b) GT Força-Tarefa Intersecretarial – instituído pelo Decreto nº 50.944, de 28 de novembro de 2013, tem por finalidade auxiliar na reestruturação e no Plano de Necessidade de Obras – PNO e na construção das Escolas de Educação Profissional;

c) GT – alterações no Decreto nº 43.183, de 22 de junho de 2004 – instituído pelo Decreto nº 50.813, de 1º de novembro de 2013, tem como finalidade estudar e propor alterações com vista a permitir o pagamento direto pelo Estado aos empregados das empresas prestadoras de serviço contínuo, em caso de inadimplência contratual das referidas empresas;

d) GT Revisão e atualização da legislação de contratação de serviços de terceiros, instituído pelo Tesouro do Estado. Finalidade: Revisar e atualizar a legislação referente a contratação de serviços contínuos;

e) GT instituído pelo Decreto nº 50.874, de 19 de novembro de 2013, com a finalidade de classificar as informações constantes nos documentos produzidos pela CAGE, e

f) GTCON, instituído pelo Decreto nº 48.344, de 6 de setembro de 2011, tem por finalidade promover a integração de esforços e a discussão das medidas que possibilitem a adaptação da contabilidade pública estadual às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

7.7.3. Gerenciamento de sistemas e emissão de Certificados

Durante o exercício de 2013 foi realizado o gerenciamento do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CFIL/RS) integrando a base de dados do CEIS Nacional.

Durante o ano, o Cadastro de Habilitação em Convênios do Estado (CHE) foi atualizado num total de 498 entes.

Ainda, foram recebidas e analisadas 4.420 solicitações de Certificados de Capacidade Financeira Relativa de Licitantes, das quais 3.266 resultaram na emissão de Certificados.

Foi também realizado o gerenciamento do Cadastro de Inadimplentes com o Estado do Rio Grande do Sul (CADIN/RS).

Os resultados alcançados com a prestação destes serviços são:

- 3.266 potenciais fornecedores certificados quanto a sua capacidade financeira de licitar e contratar com o Estado;
- 82 fornecedores incluídos ou excluídos por decisão judicial no Cadastro de Impedidos de Licitar com o Estado;
- 186 entes municipais incluídos ou excluídos do CADIN por decisão judicial, e
- 497 municípios com cadastro atualizado, garantindo aos gestores dos três poderes da Administração Estadual contratar ou conveniar apenas com municípios adimplentes.

7.7.4. Atendimento de Demandas por sistema

A DTP possui sistema de recebimento de demandas/solicitações por *e-mail*, criando registro em sistema informatizado, denominado TraceGP.

Por este sistema são recebidas diversas solicitações, tais como cadastro de usuários nos sistemas gerenciados, concessão de permissão para usuários, dúvidas, treinamentos e orientações sobre o uso do sistema em

geral, relatos de bugs, e pedidos de excepcionalização ou alteração de dados inseridos indevidamente no sistema.

A Divisão gerenciou e atendeu mais de 18.000 demandas no ano de 2013, por esse sistema informatizado. A título de exemplo as demandas criadas em 2013, e atendidas até o dia 17 de dezembro de 2013, foram assim distribuídas por módulo do sistema ou objeto de atendimento:

Módulo CONTABILIDADE	61
Módulo CONTRATOS Administrativos	134
Módulo CONVÊNIOS	385
Módulo DIRF	16
Módulo DW (Informações Gerenciais)	4
Módulo EXECUÇÃO DA DESPESA	651
Módulo INTEGRAÇÃO ESTADO FORNECEDOR	299
OUTROS Módulos	121
Módulo RECEITA	12
Módulo SAM (Administração de Materiais – Almoxarifado)	330
SUGESTÕES DE MELHORIAS DO FPE	3
TREINAMENTO	10
OPERACIONAL > CADASTROS e Concessão de Permissão nos sistemas	14566
OPERACIONAL > CADIN (CADASTRO)	92
OPERACIONAL > RELATÓRIOS GERENCIAIS – criados sob medida pela DTP para cada usuário	416

Quanto ao tempo médio para atender cada solicitação, as demandas de cadastro, por exemplo, possuem um tempo médio de atendimento inferior a 24 horas. Já as demandas dos outros módulos e sistemas dependem da complexidade da solicitação e possibilidade de priorização de atendimento junto aos programadores do sistema.

7.7.5. Atendimento de Demandas por Telefone

Muitas vezes, por dificuldades do usuário, a DTP recebe, inclusive, demandas e solicitações por telefone, sob as quais o atendimento é efetuado e não fica registrado no sistema informatizado.

Assim, a DTP recebe quantidade expressiva de ligações. Os controles da Divisão apontaram que, de fevereiro a novembro/2013, a DTP recebeu cerca de 3.650 ligações, entre elas constando orientações, auxílio no uso do sistema, pedidos de correções de dados e/ou de funcionamento do sistema, os quais foram prontamente atendidos ou encaminhados para atendimento.

7.7.6. Treinamentos e Instruções

Para uso do sistema FPE são organizados treinamentos, conforme cronograma de implantação de módulos ou manutenções evolutivas dos mesmos, ou conforme as demandas dos órgãos pela troca de servidores e chegada de novos que desconhecem o sistema. As áreas fins (DCD e DCI) auxiliam nesta instrução aos órgãos auditados.

7.8. Relações Institucionais

7.8.1. CAGE e PGE com assentos permanentes no ciclo de monitoramento



A CAGE e a PGE participam, desde o dia 7 de fevereiro, com cadeiras permanentes no ciclo de monitoramento dos projetos estratégicos, em suas duas últimas reuniões, intituladas de R4 e R5.

Em agenda ocorrida no dia 5 de fevereiro com o Secretário-Geral de Governo, Vinícius Wu, o Contador e Auditor-Geral do Estado falou sobre os procedimentos adotados pelo Órgão para cumprir com atribuições formais de controle interno sobre o uso dos recursos públicos, mas com foco pró-ativo na resolução de problemas e entraves. O dirigente da CAGE agradeceu o convite

para a participação permanente nas etapas finais do ciclo de monitoramento, afirmando que a participação direta da instituição agilizará procedimentos e etapas dos processos internos, facilitando trâmites e a busca por soluções ágeis aos entraves administrativos que possam prejudicar a execução de programas e projetos governamentais.

A CAGE e a PGE somam-se às Secretarias da Fazenda, do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, de Comunicação e Inclusão Digital, Casa Civil, Coordenadoria de Assessoramento Superior e Gabinete do Governador, que possuem assento permanente na chamada Pré-Sala de Gestão e na Sala de Gestão. A primeira é coordenada pelo titular da Secretaria-Geral de Governo, reúne secretários e presidentes de autarquias e órgãos vinculados para validação da análise sobre projetos pertencentes ao objetivo estratégico em debate, com avaliação da execução física e financeiro-orçamentária. Neste encontro é preparado um resumo executivo que é enviado previamente aos participantes da R5. A etapa final do ciclo, sob a liderança do Governador, é o momento de deliberação para correção de problemas, elaboração de alternativas, definição de rumos e de consolidação de agendas positivas.

7.8.2. CAGE visitou SEF/SC para conhecer o Observatório da Despesa Pública



A Diretoria de Auditoria-Geral da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina (DIAG/SEF) recebeu, no dia 26 de abril, representantes da CAGE interessados em conhecer o Observatório da Despesa Pública (ODP). Trata-se de um sistema avançado de análise de informação sobre os gastos públicos, utilizado pelo Governo de Santa Catarina desde setembro do ano passado.

Desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o ODP é considerado a “malha fina” das despesas públicas. Santa Catarina e Bahia foram os primeiros Estados a utilizar a ferramenta.

Durante a visita da CAGE foram abordados os seguintes temas: detalhamento das etapas de implantação do projeto, incluindo as dificuldades encontradas; novas tecnologias utilizadas; treinamento; acesso às bases de dados e desenvolvimento do quadro de indicadores do tema proposto.

Formaram a equipe da CAGE os servidores José Francisco Ferrari Vigil, Sirlei Teresinha Walenciuk, Nilton Donato, Paulo Ricardo Mahler, Luiz Gustavo Antonacci e André Renato Facchini. Eles foram recebidos por Marco Antonio Barbosa Lopes, André Pinheiro de Oliveira e Ivana Corrêa de Oliveira, integrantes da Unidade de Informações Estratégicas da DIAG/SEF.

7.8.3. CAGE palestrou na FAMURS sobre Imposto sobre Serviços



A DCD, representada pela servidora Liege Munhós de Campos, ministrou palestra sobre "Imposto sobre Serviços - substituição tributária: retenções efetuadas pelo Estado", durante a reunião do Conselho de Secretários Municipais de Fazenda e Finanças na FAMURS, dia 22 de maio.

O objetivo foi sensibilizar os secretários municipais de Fazenda quanto à realidade do Estado no que concerne às retenções do ISSQN e fazer um chamamento para conscientização quanto ao disposto na Instrução Normativa CAGE nº 01/2011, em especial, a adequação da Legislação do município, abertura de conta específica para o recebimento do ISSQN retido pelo Estado e envio para cadastro junto à DCD, fazendo com que a parceria

entre esses municípios e o Estado resulte na redução da sonegação do referido imposto.

7.8.4. CAGE participou de Seminário sobre PPPs

Especialistas brasileiros e internacionais participaram do seminário “Espaço Fiscal e Projetos de Investimento nos Estados do Brasil: o papel de Parcerias Público-Privadas (PPPs)”, promovido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio, pelo Grupo de Gestores Financeiros dos Estados (GEFIN) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com início em 17 de junho. O objetivo era discutir as experiências de estruturação de PPPs já obtidas pelos Estados brasileiros, assim como avaliar os mecanismos utilizados até agora, verificando melhorias que possam ser implantadas.

O servidor da CAGE, Marcelo Spilki, lembrou que existe uma polêmica envolvendo a contabilização de contratos de PPP, ou seja, “o endividamento – *off-balance sheet* (contabilidade fora do balanço) e as obrigações financeiras consideradas como despesas correntes e não como operação de crédito”. Spilki ressaltou que a análise da alocação de riscos é complexa e exige amplo conhecimento do projeto e dos conceitos de PPP, segundo as Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público.

7.8.5. CAGE participou de Workshop sobre RDC



A Secretaria Geral de Governo (SGG) realizou em 28 de junho no auditório do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul o Workshop Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

O evento que reuniu servidores da Administração Pública Estadual teve como palestrantes André Kuhn presidente da Comissão Especial de Licitações das obras do CREMA-II, pelo RDC no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Osmar Henrique Costa Parra, assessor do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nizani Torres, Subsecretária da Administração Central de Licitações (CELIC), e, representando a CAGE, a servidora Vera Rejane Goulart Gonçalves.

7.8.6. CAGE participou da Primeira Conferência Internacional sobre Parcerias Público-Privadas, realizada na China



O servidor Marcelo Spilki participou da Primeira Conferência Internacional sobre Parcerias Público-Privadas realizada nos dias 5 a 7 de agosto em Dalian, China. Participaram do evento representantes de 11 países, que relataram suas experiências na área.

Marcelo Spilki apresentou o trabalho intitulado “A Review of Weaknesses and Strengths in Implementing PPP for Roads in the State of Rio Grande do Sul in Brazil”, em que abordou a experiência do Brasil e do Rio Grande do Sul em concessões rodoviárias, a evolução da legislação pertinente e questões relacionadas à governança e ao controle interno no âmbito das PPPs e das concessões comuns.

O evento resultou ainda na criação do “International PPP Group”, que tem Marcelo Spilki como membro. Foi definido que a Segunda Conferência Internacional sobre PPPs será realizada em 2015, em Austin, Texas, EUA.

7.8.7. SEFAZ e JUCERGS assinaram Termo de Cooperação



Foi assinado, no dia 5 de setembro, o Termo de Cooperação Técnica entre a Junta Comercial do RS (JUCERGS) e a Secretaria da Fazenda, no gabinete da SEFAZ. O documento tem por objeto disponibilizar informações constantes do Banco de Dados da Jucergs para subsidiar e agilizar os processos em trâmite na CAGE e viabilizar o cruzamento de dados referentes às empresas registradas na Junta.

Participaram da assinatura o Diretor-Presidente da JUCERGS, João Alberto Vieira, e o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Pela SEFAZ assinaram o Secretário da Fazenda Adjunto, André Paiva, o Contador e Auditor-Geral do Estado, Luiz Paulo Freitas Pinto, e o assessor, à época, do Gabinete da CAGE, André Facchini.

7.8.8. CAGE e CGU alinham esforços para implantar a Unidade de Inteligência



A CAGE realizou visita à Controladoria-Geral da União (CGU), dia 17 de setembro, com o objetivo de alinhar a implantação da sua Unidade de Inteligência. O projeto, que faz parte do processo de modernização patrocinado

pelo BID, por meio do PROFISCO, permitirá o desenvolvimento de ações de controle através do uso de tecnologia de análise preditiva, *data mining* e estatística.

Na ocasião, a equipe formada pelos servidores Bruno Jatene, André Facchini, Humberto Lastorina e Fernando Golbert esteve reunida com a Diretoria de Pesquisa e Informação Estratégica da CGU para discutir a metodologia, as atividades e o cronograma de implantação do modelo de Observatório da Despesa Pública, que será adaptado ao Estado.

Conforme destaca o Adjunto da CAGE, Bruno Jatene, *"esse é um passo importante para que as modernas técnicas de auditoria preditiva sejam adotadas pela CAGE"*.

7.8.9. CAGE participou do IX Encontro Nacional de Controle Interno



No período de 25 a 27 de setembro, os servidores da CAGE Antonio Valcir Capa, Paulo Ricardo Mahler e Tamara Dentee participaram do IX Encontro Nacional de Controle Interno, realizado em Belém/PA, que teve como temática principal o controle interno preventivo e o combate à corrupção.

Quanto à atuação preventiva, o destaque foi para a importância que o controle interno deve ter como participante ativo do processo da despesa pública. O grande dilema está em responder aos questionamentos: “Qual modelo de controle interno nós queremos? Como seguir adiante?”. Importante ressaltar que a atual administração da CAGE, desde o início da gestão teve como principal item de seu planejamento estratégico o exercício do controle preventivo.

No encontro também foi evidenciado que a maior contribuição que o controle interno pode dar à sociedade é “avaliar riscos e controles”. No tocante às novas formas de combate à corrupção, foi destacado que o controle interno precisa avançar em autonomia, já que é a primeira figura a combater a corrupção na administração pública. A nova Lei Anticorrupção (Lei federal nº 12.846/2013), que entrará em vigor no final de janeiro de 2014, e que traz novos contextos de responsabilização da pessoa jurídica, apresenta muitos avanços nesse sentido. Tal como a Lei de Acesso à Informação, a Lei Anticorrupção terá âmbito nacional, o que implicará regulamentações específicas a serem feitas pelos Estados. É uma lei que traz uma nova demanda, e os Estados precisam estar preparados para lidar com essa situação.

No terceiro dia do evento, foi realizada a 8ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), quando a nova diretoria foi eleita para o biênio 2014-2015. Os eleitos foram, como presidente, Gustavo Úngaro, Corregedor-Geral da Administração do Estado de São Paulo; como primeiro vice-presidente, Vânia Vieira, Secretária de Transparência e de Controle do Distrito Federal, e, como segundo vice-presidente, Roberto Paulo Amoras, Auditor-Geral do Estado do Pará.

7.8.10. CAGE participou de evento em Washington/EUA



A convite do Banco Mundial (World Bank Group), o Adjunto da CAGE, Bruno Jatene, integrou a missão do Estado a Washington/EUA, iniciada em 9 de outubro de 2013, para participar do evento “Open Government in

Action: Brazil's State of Rio Grande do Sul Presents Innovations from the Field”, no World Bank Group.

O propósito do evento foi apresentar os novos produtos que estão sendo desenvolvidos pelo Estado do Rio Grande do Sul – o Portal Transparência RS, o Mapa da Transparência, a Cartilha Web e o Sistema de Informações ao Cidadão -, e obter feedback de especialistas do World Bank Group e de outros órgãos governamentais. Na ocasião, Bruno Jatene apresentou o Portal Transparência RS, lançado em 2009, cuja administração é feita pela CAGE, abordando também o projeto de reformulação em desenvolvimento. Durante cerca de duas horas, foi possível obter uma análise diferenciada de membros de diversos países.

O Portal Transparência RS dissemina informações relativas à execução orçamentária e financeira da administração pública estadual, incluindo todas as unidades governamentais. O Estado está modernizando o Portal Transparência RS para promover fiscalização e participação cidadãs. Entre os ajustes que estão em curso destacam-se: ferramentas de interação com redes sociais, jogos eletrônicos para estimular maior controle do gasto público e criação de vídeos interativos e manuais para orientar o cidadão no uso do Portal.

O Banco Mundial está trabalhando com o Governo do Estado na implementação do Rio Grande do Sul SWAp, um projeto liderado pelo Banco Mundial, que busca melhorar o planejamento e a execução dos investimentos públicos. Como parte deste projeto, o World Bank Institute (WBI) e a Open Development Technology Alliance (ODT) têm apoiado várias iniciativas para fortalecer a participação dos cidadãos na tomada de decisões, tal como o aprimoramento do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã, aplicando tecnologia para facilitar a interação entre o governo e os cidadãos. Em colaboração com o Estado, o WBI também está desenvolvendo uma plataforma para a divulgação dos dados do orçamento, incluindo a informação regionalizada no sistema de orçamento participativo do Estado.

A delegação do Estado do Rio Grande do Sul foi formada pelo Adjunto da CAGE, Bruno Queiroz Jatene, pelo Subsecretário Adjunto do Tesouro do Estado, Jorge Luis Tonetto, pela Subchefe de Ética, Controle

Público e Transparência da Casa Civil, Juliana Botelho Foernges, pelo presidente da PROCERGS, Carlson Janes Aquistapasse, e pela assessora de planejamento da PROCERGS, Karen Maria Gross Lopes.

7.8.11. CAGE participou de debate no Instituto Ethos



No dia 16 de outubro, o Adjunto da CAGE, Antonio Valcir Capa, participou como debatedor no “Seminário Transparência na Copa do Mundo em Porto Alegre: Como está esse jogo?”, organizado pelo Instituto Ethos. No painel “Como atuam os Órgãos de Controle e o Controle Social na Copa do Mundo em Porto Alegre?”, proferiu a palestra “O Papel do Controle Interno na Administração Pública”, explanando desde a criação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, em 28 de dezembro de 1948, passando pela estrutura organizacional e operacional e sua atuação atual nas obras e eventos relacionados à Copa. Destacou que a CAGE, na execução de seu papel constitucional de órgão central do sistema de controle interno, utiliza duas ferramentas basilares: a Contabilidade e a Auditoria.

Por meio da Contabilidade, que impõe o curso forçado de todos os processos das Secretarias pelas Seccionais da CAGE, é efetuado o controle prévio, orientando e evitando que ocorram erros, irregularidades ou desvio de recursos públicos. Citou como exemplo de controle prévio efetuado em relação à Copa do Mundo, o exame de processos de Convênios com recursos repassados pela União, relativamente à capacitação em idiomas, segurança, transporte, alimentação, hotelaria e turismo.

Já na Administração Indireta (Fundações, Autarquias e Sociedades de Economia Mista), o controle é efetuado *a posteriori*, por meio das Auditorias Setoriais. Neste caso, foi demonstrada uma auditoria realizada na obra rodoviária da ERS 118, evidenciada com fotos e conclusões dos servidores.

Participaram também do debate representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), da Defensoria Pública, da Controladoria Geral da União (CGU) e do Observatório das Metrópoles.

7.8.12. CAGE realizou visita técnica à CGU, ao TCU e ao Instituto Serzedello Corrêa



No dia 16 de outubro, a área de Auditoria de TI da DCI realizou uma Visita Técnica à Controladoria Geral da União (CGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC), cujo objetivo, dentre outros, foi possibilitar um primeiro contato para efetivar uma contínua transferência de conhecimento de boas práticas de Auditoria de TI.

O foco da visita deu-se nas fiscalizações de tecnologia da informação realizadas pelo TCU e pela CGU na verificação da conformidade e do desempenho das ações governamentais utilizando: Auditoria de Governança de TI, Auditoria de Segurança da Informação, Auditoria de Sistemas, Auditoria de Dados, Auditoria de Infraestrutura Tecnológica, Auditoria de Contratações de TI e Auditoria de Políticas e Programas de Governo de TI.

A presença e o uso de TI na Administração Pública Estadual (APE) está cada vez mais presente. Com isso, aumenta a dependência da APE com

relação à TI. Faz-se necessário, portanto, criar e manter mecanismos de controle eficazes e eficientes nos ambientes de TI e nas regras de negócio.

Aliado a esse cenário, destaca-se a importância do momento vivido pela CAGE, o qual traz importantes mudanças envolvendo uma intensificação de processos de controle interno, baseadas no uso de novas técnicas de controle interno, de ferramentas tecnológicas e na renovação de seu Software de Gestão de Auditorias (AAF – Audit Automation Facilities) da DCI.

Além do estreitamento de contatos e da transferência de conhecimento nas diversas áreas da Auditoria de TI, essa visita técnica permitiu a ampliação de horizontes no que tange à capacitação técnica, por meio de uma futura parceria entre CAGE e ISC, a qual permitirá propagar tais conhecimentos de maneira mais extensiva na forma de cursos, a partir de 2014.

Participaram da visita técnica os servidores Marcelo Spilki, Milton Pereira Britto Júnior e Eduardo Akira Yonekura.

7.8.13. CAGE participou do 16º ENACOR



O Chefe da DCI, Marcelo Spilki participou da Sessão Plenária “Da técnica aos órgãos de controle - Mecanismos de interação para melhor eficiência das obras”, onde foram debatidos temas como normatização, planejamento das obras, governança dos órgãos executores de obras rodoviárias e legislação aplicável ao setor. A plenária fez parte da programação da 42ª Reunião Anual de Pavimentação – RAPv e 16º Encontro Nacional de Construção Rodoviária – ENACOR da Associação Brasileira de Pavimentação – ABPv, realizada em Gramado, no dia 14 de novembro.

Marcelo Spilki abordou a visão dos órgãos de controle, enfatizando a necessidade de capacitação dos órgãos rodoviários, diferenças relativas à inovação tecnológica entre a Lei de Licitações (Lei federal nº 8.666/1993), Regime Diferenciado de Licitações (Lei federal 12.462/2011), Concessões e PPPs.

Dentre os participantes da plenária estavam representantes do CREA/RS, ABPv, DNIT e Concepa, e o Deputado Luis Roberto Andrade Ponte, relator da Lei federal nº 8.666/1993.

7.8.14. CAGE organizou 9ª Reunião Técnica do CONACI em Porto Alegre



Durante os dias 21 e 22 de novembro, o Rio Grande do Sul foi sede da 9ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), que debateu assuntos relacionados ao controle e transparência na gestão pública. O evento, organizado pela CAGE, reuniu representantes de órgãos federais, nacionais e municipais de todo o País.

O Secretário da Fazenda do Estado, Odir Tonollier, prestigiou a reunião e fez questão de ressaltar a importância dos temas debatidos. *“Nosso Governo tem apostado muito no trabalho do Controle Interno, pois para nós isso significa o fortalecimento do Estado e a transparência na aplicação dos recursos públicos. Acredito que nada se pode fazer sozinho e, por isso, apoiamos o CONACI e nos sentimos honrados em receber um evento desse porte”*, destacou Tonollier, que representou o Governador do Estado Rio Grande do Sul na abertura da Reunião Técnica.

“Nesses eventos, especialmente nesta 9ª RTC, percebe-se o papel crucial do Controle Interno na qualificação da gestão dos recursos públicos, na

transparência das contas do setor governamental e na prevenção da corrupção”, ponderou o Contador e Auditor-Geral do Estado. Já a presidente do CONACI, Angela Silveiras, ressaltou a presença dos representantes dos órgãos de controle interno federais, nacionais e municipais de todo o País na última Reunião Técnica do ano. “A sensação é a de dever cumprido, pois atuamos em consonância com os propósitos delineados no plano estratégico do biênio 2012/2013, o qual foi amplamente discutido e aprovado pelos membros deste Conselho”.

Ainda em seu discurso, a presidente falou sobre a trajetória do Conselho ao longo dos dois anos de sua gestão e lembrou que hoje o CONACI conta com a participação dos órgãos de controle interno de 25 Estados, do Distrito Federal, da União, por meio da CGU e de dez capitais de Estados. Além disso, ressaltou o elevado nível de credibilidade e visibilidade nacional alcançado.

Vários estudos foram apresentados durante o evento: “Diagnóstico da Organização e Funcionamento dos Órgãos de Controle Interno”, conduzido pelo Auditor-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Eugênio Machado; “Manual Básico do Controle Interno”, demonstrado pelo Auditor do Estado do Espírito Santo, Ricardo Oliveira, e “Avaliação de Programas de Governo”, conduzido pelo Diretor de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle da CGU, Ronald Balbe.

Ainda dentro dos GTs, Gustavo Úngaro, presidente da Corregedoria-Geral da Administração do Estado de São Paulo, apresentou o trabalho sobre o “Sistema de Integridade dos Estados Brasileiros – Modelo Padrão de Relatórios de Atividades”. Segundo ele, o objetivo foi fazer uma análise final do documento para que a padronização aconteça já no próximo ano. Úngaro, que assume a presidência do CONACI em 2014, está otimista quanto a continuar os avanços visando ao fortalecimento e à representatividade do Conselho.

“Acredito que, em 2014, o tema do Controle da Administração Pública estará muito presente na agenda nacional por conta de vários motivos: a necessidade de intensificar os trabalhos de controle e prevenção da corrupção; a tramitação da PEC 45; a nova lei de punição das empresas privadas por corrupção; e o segundo ano de vigência da Lei de Acesso à

Informação. Tenho certeza que o momento será propício para novos avanços no sentido de fortalecimento do controle, o que potencializa a democracia, é de interesse do cidadão e confere maior prestígio e transparências às gestões”, ressaltou.

A programação contou, ainda, com palestras variadas como a do Coordenador da Seccional da CAGE junto à Central de Licitações do Rio Grande do Sul, Éder Adevico Pias, que falou sobre a “Atuação do Controle Interno nas Licitações do RS”. Também foi abordado o tema “Sistema Informatizado de Auditoria do Rio Grande do Sul”, apresentado por Susana Fagundes Garcia, coordenadora de Auditoria Setorial da CAGE. O Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Controladoria Geral da União (CGU), Sérgio Nogueira Seabra, apresentou a “Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica e Decreto Regulamentar – Análise e Sugestões”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Atividades foi elaborado de acordo com o modelo aprovado na nona reunião técnica do CONACI, realizada em dezembro/2013, em Porto Alegre, para ser utilizado por todos os órgãos responsáveis pelos controles internos dos Estados, Distrito Federal e capitais brasileiras. Na ocasião, os órgãos de controle interno deliberaram pela adoção do modelo já a partir do exercício financeiro encerrado em 31/12/2013, mesmo que tal padrão esteja sujeito a adequações e aperfeiçoamentos de modo incremental nos próximos exercícios.

Neste Relatório de Atividades envidamos esforços no sentido de disponibilizar aos cidadãos, especialmente aos sul-rio-grandenses, as informações a respeito do órgão central do sistema de controle interno do Estado do Rio Grande do Sul. Essas informações abarcam desde dados históricos e referências legais a respeito da constituição, estrutura e funcionamento do Órgão, até aquelas relacionadas com as atividades de contabilidade, de auditoria e de controle interno relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Em síntese, a publicação deste documento visa a dar transparência ao sistema de controle interno e demonstrar como ele é constituído, como funciona e que resultados têm para apresentar à sociedade. É o marco de um novo tempo, de consolidação e aperfeiçoamento da democracia, tempo de promoção do controle social e da transparência. Aliás, tem sido a transparência um dos pilares do cotidiano da diretoria da CAGE. A par da promoção da transparência e do fomento ao controle social constarem dentre as atribuições legais do Órgão, em paralelo a administração atual prima pelo aprofundamento prático do princípio da publicidade, tendo como norte a busca permanente da participação da sociedade civil na gestão e controle dos recursos públicos.

A gestão 2011-2014 optou por priorizar os controles prévio e concomitante em relação ao controle posterior, adotando a orientação aos gestores e servidores públicos como estratégia básica na busca da eficiência e eficácia das atividades de controle interno. Esta opção, com certeza, mais do que uma marca, constituiu uma decisão acertada cujos resultados merecem destaque especial.

Foram muitas as adversidades e entraves enfrentados durante o exercício, especialmente os relacionados ao limitado corpo funcional à disposição da CAGE. Nesse contexto vale reiterar que uma das maiores dificuldades foi administrar a substituição, de uma só vez, de um quarto do quantitativo de Agentes Fiscais do Tesouro do Estado. Mas mesmo assim, em que pese esta e as demais dificuldades, o balanço que se pode fazer da atuação da CAGE em 2013 é altamente positivo, como se pode observar, em especial, no item 7 deste Relatório de Atividades.

Cabe repisar que tais resultados, altamente alvissareiros, somente foram conseguidos graças à natureza institucional da CAGE. Com isto se quer dizer que foram determinantes o conhecimento acumulado ao longo de seus 65 anos, sua respeitabilidade, seus meios e métodos, mas também – e principalmente – o Órgão de controle interno somente atingiu índices tão positivos graças à qualificação e o comprometimento de sua força de trabalho, composta por homens e mulheres de uma tenacidade ímpar.

Impõe ressaltar, por fim, que, no exercício de 2013, ocorreu a autorização governamental e o lançamento do Edital de Abertura do Concurso Público nº 01/2013, destinado ao provimento de cargos da carreira na classe inicial (letra A) de Auditor do Estado do Quadro de Pessoal Efetivo da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

www.transparencia.rs.gov.br
www.sefaz.rs.gov.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA